



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carlos André Lourenço Silveira

O potencial das micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro, para 2014-2020

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para cumprimento dos
requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia

junho de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carlos André Lourenço Silveira

O potencial das micro, pequenas e médias empresas inovadoras
da Região Centro, para 2014-2020

Relatório de Estágio em Economia, na especialidade de Economia Industrial,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Economia para cumprimento
dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia

Entidade de acolhimento: CCDRC – Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Orientador Académico: Prof.^a Doutora Maria Rita Martins

Supervisor Profissional: Dr.^a Alexandra Rodrigues

Coimbra, 2015

Resumo

O horizonte temporal 2014-2020 servirá de cenário, no contexto europeu, à concertação de um elevado número de programas e mecanismos de financiamento a atividades que zelem pelos interesses da União Europeia. Dada a recente entrada neste horizonte temporal, o momento presente é de adaptação à nova realidade, e construção das bases para o funcionamento eficiente destes programas.

Uma vez que são as micro, pequenas e médias empresas a tipologia dominante do tecido empresarial da Região Centro, este relatório aborda o potencial de aproveitamento das oportunidades disponíveis, para o desenvolvimento de atividades inovadoras – por representarem um dos principais pontos de enfoque dos conteúdos programáticos europeus e locais.

A revisão bibliográfica trata de clarificar diferentes conceitos de inovação, uma vez que retrata um pilar importante da estruturação dos programas de financiamento para o horizonte temporal em análise.

Reúnem-se os programas e mecanismos de financiamento elegíveis por parte das micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro, e leva-se a cabo uma interpretação económica do estado da inovação nacional e regional. Restringindo a análise ao tecido empresarial em estudo, foi possível concluir que a Região Centro demonstra uma capacidade inovadora relevante, ainda que as pequenas e médias empresas revelem índices mais baixos na execução de atividades inovadoras.

Na procura pela resolução da questão central do relatório, é levada a cabo uma análise SWOT que reúne as possíveis respostas às dificuldades (pontos fracos) encontradas pelas pequenas e médias empresas no desenvolvimento das atividades inovadoras, para além dos pontos fortes, oportunidades e ameaças que esta tipologia de empresas encontra no arrancar do horizonte temporal 2014-2020.

Uma vez que se trata de um Relatório de Estágio, é feita a integração das tarefas desenvolvidas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Promotor, na CCCDRC e o modo como representaram uma mais valia na conclusão do percurso académico.

Palavras-chave: Inovação; Desenvolvimento Regional; Subvenções; PME.

Classificação JEL: H81; L25; O31; R58

Abstract

The 2014-2020 time horizon will serve as the background, at the European level, for the conciliation of a large number of funding programs and mechanisms to activities that look after the European Union's best interests. Because of the recent arrival of such time horizon, the present moment is one of adaptation to a new reality, and construction of bases for the efficient functioning of these programs.

Since the micro, small and medium-sized enterprises represent the dominant type of the Portuguese central region's business community, this report approaches their potential exploitation of the opportunities available, for the development of innovative activities – since these type of activities represent one of the main areas of concern in the European and local programmatic content.

The literature review assures the clarification of the concepts of innovation, since it represents an important concept in the structure of the funding programs for the time horizon considered.

The funding programs and mechanisms eligible for micro, small and medium-sized enterprises are considered, such as an economic interpretation of the current state of the innovation at the national (Portugal) and regional level (central region). Considering the restriction made for the type of enterprises in analysis it was concluded that the Portuguese central region demonstrates a relevant innovative capability, although small and medium-sized enterprises show lower levels of execution of innovative activities.

For the resolution of the main issue of this work, a SWOT analysis is carried out collecting possible responses for the difficulties (weak points) encountered by small and medium-sized enterprises in the development of innovative activities, as well as strengths, opportunities and threats that this type of enterprises will face in 2014-2020.

Since it is an Internship Report, an analysis to the tasks developed in the host entity of the internship (CCDRC) is carried out, as well as an evaluation of how it represented a valuable asset to the academic course.

Keywords: Innovation; Regional Development; Grants; SME.

JEL Classification: H81; L25; O31; R58

Lista de Siglas

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

COSME – *Competitiveness of Enterprises and Small and Medium-sized Enterprises*

DSDR – Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

EASME – *Executive agency for Small and Medium-sized Enterprises*

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FTI – *Fast Track to Innovation*

H2020 – Horizonte 2020

IA – *Innovation Actions*

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&I – Investigação e Inovação

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OT – Objetivo Temático

PI – Prioridade de Investimento

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

RIA – *Research and Innovation Actions*

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TRL – *Technology Readiness Level*

Índice

1. Introdução	1
2. Apresentação da entidade de acolhimento – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	4
2.1 A Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional na orgânica da CCDRC	5
2.2 Gabinete de Apoio ao Promotor	5
3. Revisão da Literatura – Inovação	6
4. Estratégia Europa 2020.....	11
4.1 As prioridades de Investimento da Europa 2020	11
4.2 Subvenções Comunitárias	13
4.2 Portugal 2020	18
4.2.1 Centro 2020	21
4.2.2 RIS 3 (<i>Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation</i>) – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente.....	24
5. O tecido empresarial da Região Centro	27
5.1 Os dados da inovação na economia regional	29
6. O potencial da Região Centro.....	35
6.1 Articulação das prioridades europeias e regionais	36
6.2 Análise SWOT às micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro, para 2014-2020	37
7. O estágio curricular na CCDRC	40
7.1 Resumo e sistematização das tarefas desenvolvidas.....	41
7.2 Análise crítica do desempenho e balanço do estágio curricular	42
8. Conclusão	44
9. Referências Bibliográficas.....	46
10. Anexos.....	48

1. Introdução

No contexto da conclusão do Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o estágio curricular representa uma oportunidade única para o desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico dos alunos. Pretende-se que se alavanquem as competências profissionais, o espírito crítico e inovador, assim como a capacitação para a resposta às exigências do mercado de trabalho atual.

O presente relatório surge como resultado do estágio curricular desenvolvido no seio da entidade de acolhimento, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), – organismo de administração desconcentrada do Estado – no âmbito da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional. Com a primordial função de contribuir para a criação e desenvolvimento do Gabinete de Apoio ao Promotor, no contexto da entidade, abordam-se neste relatório de estágio os principais conceitos e conhecimentos relacionados com as atividades desenvolvidas, com o intuito de contribuir para o bom funcionamento do referido Gabinete. Para além disso, é apresentada a entidade acolhedora do estágio e as principais funções que desempenha, na **Secção 2** deste relatório de estágio.

Para propósitos de análise e contextualização das atividades inovadoras levadas a cabo pelo tecido económico da Região Centro, revela-se fundamental para a coerência deste relatório de estágio uma discussão relativa ao conceito de inovação. Para isso, na **Secção 3** procede-se à referenciação de alguns contributos importantes na discussão do conceito, ainda relevantes no contexto temporal atual, sobre o qual se debruça o presente relatório.

Assumindo o horizonte temporal que atualmente rege o panorama de financiamento de projetos de impacto regional, nacional e europeu, – o horizonte temporal 2014-2020 – é imperativa a execução de um levantamento das oportunidades criadas para o tecido empresarial da região, – com especial enfoque nas empresas que desenvolvem atividades de inovação – assim como uma análise à capacitação do mesmo para a utilização eficiente de recursos financeiros disponíveis.

Com uma estrutura programática fortemente desenvolvida para o apoio às micro, pequenas e médias empresas, e às atividades de inovação, – não só no contexto europeu,

mas também nos programas operacionais às escalas nacional e regional – este relatório de estágio assumirá como prioritários os programas de financiamento para as empresas inovadoras. Ao nível europeu, serão abordados os programas Horizonte 2020 (H2020), – com particular sensibilidade para o instrumento criado para o apoio às pequenas e médias empresas – e COSME (*Competitiveness of Enterprises and Small and Medium-sized Enterprises*), entre outros subprogramas, cuja pertinência no apoio às micro, pequenas e médias empresas seja relevante. Ao nível regional, com a aplicação do Programa Operacional Centro 2020, serão também consideradas as oportunidades de financiamento para o segmento do tecido empresarial em análise neste trabalho. Tendo em conta a organização por eixos e objetivos temáticos do programa, serão tecidas considerações quanto à orientação dos mesmos no apoio à economia da Região Centro. Reunindo algumas das oportunidades de financiamento para as micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro, na **Secção 4** é explicado o contexto e os detalhes dos programas mais relevantes.

Ainda assim, com a focalização deste relatório de estágio numa fatia específica do tecido económico empresarial, – as micro, pequenas e médias empresas da Região Centro – revela-se elementar clarificar o conceito por detrás desta tipologia de empresas. Para efeitos deste relatório, esta tipologia de empresas será definida de acordo com o Decreto-Lei n.º372/2007, que por sua vez está alinhada com a definição estabelecida pela Comissão Europeia na Recomendação n.º2003/361/CE, de 6 de Maio, que, sem discriminar o setor de atividade em causa, considera PME a empresa que tenha menos de 250 empregados, volume de negócios anual inferior ou igual a 50 milhões de euros, ou balanço total anual inferior ou igual a 43 milhões de euros.

Partindo de uma análise objetiva dos mecanismos de financiamento a projetos e organizações, a disponibilizar no horizonte 2014-2020, tal como dos respetivos critérios de elegibilidade, importa perceber o potencial da Região Centro na utilização eficiente e promotora do crescimento desses recursos. Com este relatório de estágio, e o suporte no trabalho desenvolvido no seio da CCDRC, no auxílio à implementação do Gabinete de Apoio ao Promotor, procuraremos estudar as implicações do novo contexto europeu na programação dos apoios financeiros à escala regional, sendo para isso necessário uma análise de cariz económico da própria região.

Com especial atenção às atividades inovadoras, na **Secção 5** são apresentados alguns dados relevantes do retrato à Região Centro, numa perspetiva económica ao carácter inovador do seu tecido empresarial, assim como às atividades inovadoras levadas a cabo pelas pequenas e médias empresas nacionais.

Na **Secção 6**, o presente relatório de estágio leva a cabo uma análise SWOT para a região centro, no contexto 2014-2020, com o objetivo de clarificar as fraquezas e pontos fortes da região, tal como as ameaças e oportunidades no contexto dos financiamentos disponíveis, dadas as condições de elegibilidade aos programas, por parte das empresas regionais.

Finalmente, contextualizando o trabalho desenvolvido ao longo deste documento, na **Secção 7** são desenvolvidas algumas clarificações quanto às atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular, e é feito um balanço crítico do estágio curricular.

Por último, a **Secção 8** acolhe as principais conclusões relativas a este relatório de estágio.

2. Apresentação da entidade de acolhimento – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

No âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) representa o mais abrangente serviço periférico da administração direta do Estado, tendo como objetivo principal a promoção da integração entre desenvolvimento regional e local, do ordenamento do território e do ambiente. Constitui um importante instrumento de concertação entre a administração central e a administração local, mas também entre o nível regional e europeu, pela gestão dos Programas Operacionais Regionais e da Cooperação Territorial Europeia.

Relativamente à sua área de intervenção, e no caso específico da CCDRC, para efeitos de aplicação de fundos estruturais, a Região Centro alargada engloba 100 municípios organizados em 12 NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos – de nível III, sob os quais assegura a operacionalização das intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais na região.

Como principais atribuições, a CCDRC procura: contribuir para a definição das bases gerais da política de desenvolvimento regional no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do país; executar, avaliar e fiscalizar, ao nível regional, as políticas de ambiente, de conservação da natureza, de ordenamento do território e de cidades; garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de gestão territorial; coordenar os serviços desconcentrados de âmbito regional; assegurar o cumprimento das responsabilidades de gestão, no âmbito da política de coesão da União Europeia em Portugal; dinamizar a cooperação inter-regional e transfronteiriça; apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, em articulação com a Direção Geral das Autarquias Locais.

Do ponto de vista organizacional, a CCDRC apresenta diferentes Direções de Serviços, sob o pretexto de dar resposta às prioridades gerais da Instituição. Assim, a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, a Direção de Serviços de Ordenamento do Território, a Direção de Serviços de Ambiente, a Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, a Direção de Serviços de Fiscalização, assim como a Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e

Financeira, constituem o modo organizacional sob o qual se procuram qualificar os serviços prestados pela Comissão.

De seguida, ainda no contexto da apresentação da entidade de acolhimento, levar-se-á a cabo uma apresentação das duas secções estruturais em que o estágio incidiu, sendo elas a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional e o Gabinete de Apoio ao Promotor.

2.1 A Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional na orgânica da CCDRC

Enquadrada a estrutura organizacional da Comissão, pela atuação das suas Direções de Serviços nos seus domínios específicos, este relatório tratará agora de enfatizar as atividades levadas a cabo no âmbito da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR), uma vez que define o contexto em que o estágio em análise decorreu.

Assim, como estagiário da CCDRC, integrado na DSDR, assumi funções no ramo responsável pela dinamização do planeamento estratégico, execução, monitorização e avaliação do impacto das políticas públicas de desenvolvimento regional, elaboração de propostas estratégicas para o desenvolvimento regional, promoção da concertação estratégica dos serviços desconcentrados de âmbito regional (assim como de outros agentes regionais e locais), realização de atividades de planeamento do investimento público, entre outras funções.

2.2 Gabinete de Apoio ao Promotor

Na procura pela eficiência na captação de investimento para a Região Centro, a CCDRC tem vindo a demonstrar, desde 2014, sensibilidade para a implementação de um gabinete capaz de divulgar informação relativa aos programas de financiamento nacionais e comunitários. Deste modo, os agentes regionais veriam facilitados os meios para a interação com uma entidade capaz de apoiar e aconselhar o seu potencial promotor e de crescimento empresarial. Coincidindo com a data de início do estágio curricular, do qual este relatório é resultado, foi em fevereiro de 2015 que a CCDRC deu os primeiros passos na implementação do Gabinete de Apoio ao Promotor. Para isso, foram mobilizados os recursos humanos necessários para uma pesquisa aprofundada relativa aos programas de financiamento comunitários e regionais, para o horizonte temporal 2014-2020. Pelas necessidades específicas da Região, durante a realização do estágio curricular, o apoio prestado restringiu-se aos programas regionais

e nacionais. Ainda assim, tal como pretendido pela entidade, a capacidade para a divulgação de informação relativa aos programas europeus – que serão objeto de análise neste relatório e que foram o principal enfoque das minhas funções enquanto estagiário na entidade – foi criada, de modo a poder responder aos interesses de financiamento de projetos de dimensão europeia.

Para além de uma pesquisa aprofundada dos programas de financiamento comunitários e regionais, há ainda a destacar a importância de uma articulação eficiente entre entidades na partilha de informação, nomeadamente com o Balcão 2020, do Portal do Portugal 2020 – entidade para a submissão de candidaturas e pedidos de esclarecimento relativamente aos programas de financiamento. Com esta capacitação de resposta ao promotor, a Região Centro passa a poder assegurar uma melhor alocação dos seus recursos às entidades capazes de fomentar o crescimento regional e nacional.

Com a abertura de candidaturas, a par de um elevado número de sessões de divulgação do programa Centro 2020, os primeiros passos na implementação do Gabinete de Apoio ao Promotor, no seio da entidade de acolhimento do estágio, foram dados no sentido de responder ao elevado número de solicitações de esclarecimento dos promotores da Região Centro quanto ao programa. Todavia, no âmbito do estágio curricular, a implementação do Gabinete de Apoio ao Promotor teria como enfoque principal a divulgação e apoio às candidaturas para as subvenções europeias. Recolhida a informação afeta a cada um dos programas vigentes no período 2014-2020, a respetiva legislação disponível, assim como os respetivos avisos para candidaturas, foram-se criando as condições para o cumprir de tal objetivo.

3. Revisão da Literatura – Inovação

Durante o processo de criação e desenvolvimento do Gabinete de Apoio ao Promotor, no âmbito da CCDRC, um dos pontos mais importantes a concluir na elegibilidade dos projetos apresentados está diretamente relacionado com a inovação dos mesmos, e no fator diferenciador que representam face à área de intervenção em que se desenvolvem. Melhorar a componente inovadora do projeto significa o reforço da relevância do projeto, isto é, o aumento na probabilidade de sucesso nas candidaturas a programas de apoio financeiro – tanto nacionais, como europeias.

Assim, no sentido de perceber a preponderância do fator inovação nos projetos empresariais que concorrem aos apoios financeiros do horizonte temporal 2014-2020, é importante rever o próprio conceito, e o ponto de situação atual das entidades promotoras deste tipo de fenómeno, ao nível da região.

No desenvolvimento do conceito de inovação, um dos autores mais reconhecidos é Joseph Schumpeter. Como exemplo desse reconhecimento, Fagerberg, Mowery e Nelson (2006) mencionam Schumpeter pelo enfoque prestado ao papel da inovação nas mudanças de cariz económico e social. Na ótica deste autor, o desenvolvimento económico deveria ser visto como um processo de mudanças qualitativas, levadas a cabo por processos inovadores. Para Schumpeter, a inovação pode expressar-se através do desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção, novas fontes de oferta, da exploração de novos mercados, assim como de novas formas de organização da indústria. A partir de novas combinações de recursos já existentes, o processo de inovação representa uma função empreendedora, capaz de criar dinâmicas entre empresas, na procura de novas ideias e *inputs*.

Outro aspeto fundamental para o teor deste relatório, desenvolvido por Fagerberg, Mowery e Nelson (2006), diz respeito à correlação existente entre a interação de empresas com fontes externas, e o comportamento das concorrentes. Quanto maior o número de empresas, em média, a interagir com fontes externas, maior a pressão para que outras sigam o exemplo. Assim, os processos inovadores veem possibilitada a sua propagação pelas empresas, assim como pelos sistemas económicos em que se inserem. Tal como é sublinhado pelos autores, este facto assume grande relevância no contexto das empresas de menor dimensão, uma vez que a escassez de recursos internos significa a necessidade de interação com o exterior. Por sua vez, é feita a ressalva relativamente à realidade das empresas de maior dimensão. Uma vez que os processos de inovação requerem grande suporte ao nível do conhecimento, também as empresas de maior dimensão podem considerar necessário o recurso a fontes externas.

Schumpeter (1939) considera a competição tecnológica a força motriz do desenvolvimento económico. Se uma empresa, de uma determinada indústria ou setor, introduz uma inovação relevante, fará sentido assumir que obterá uma taxa de lucro superior. Assumindo um comportamento racional por parte das empresas concorrentes,

a inovação será tomada como sinalização positiva e a inovação será repetida pelas empresas que procurem partilha do lucro gerado. Este comportamento de imitação será gerador de crescimento na indústria, ou setor, por algum tempo após o primeiro momento da introdução da inovação. Eventualmente, os efeitos do crescimento terão menos representatividade e o próprio crescimento sofrerá algum abrandamento.

Dada a complexidade do fenómeno, é de ressaltar a intervenção de outros autores na discussão, com especial enfoque na importância dos melhoramentos feitos à inovação inicial – seja ela de novos produtos, métodos de produção, ou outra tipologia. Segundo Kline e Rosenberg (1986), considerar a inovação como um fenómeno perfeitamente definido, homogéneo e com datação rigorosa da sua introdução na economia é um erro e uma limitação à complexidade do processo. Na opinião dos autores, as inovações de maior importância e impacto económico são recorrentemente alvo de mudanças drásticas ao longo do processo, e os melhoramentos à invenção no formato original têm relevância económica.

Para além destes, com os respetivos contributos até ao momento referidos, outros foram os autores que contribuíram para a discussão do fenómeno da inovação. Em 1982, num estudo levado a cabo pelo IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação), define-se inovação como o resultado do encontro de uma ideia tecnicamente realizável com uma oportunidade económica e social. No mesmo ano, num texto da OCDE, a inovação é caracterizada pela transformação de uma ideia num novo produto, num processo operacional para a indústria ou para o comércio, ou num novo método social.

Mais tarde, Freeman (1988) sugere que a inovação seja entendida como um processo iterativo no qual uma empresa adquire conhecimentos pela experiência no planeamento, desenvolvimento, produção e *marketing* de novos produtos, com constante aprendizagem durante o processo, nas relações com elementos externos – clientes, fornecedores e outras organizações (como universidades, institutos tecnológicos, entre outros).

Anos antes, já Freeman (1974) tinha trabalho desenvolvido na análise às estratégias empresariais no campo da inovação. Partindo das diferentes necessidades inerentes ao processo de inovação por parte de empresas diferentes, o autor propôs seis tipologias de inovação, sendo elas: estratégia ofensiva; estratégia defensiva; estratégia

imitativa; estratégia dependente; estratégia tradicional e, finalmente, estratégia oportunista. Enquanto que as empresas que adotam a estratégia ofensiva tendem a explorar a fronteira tecnológica com atividades de grande suporte científico, a estratégia defensiva está associada a empresas que, apesar de apostarem igualmente no desempenho no campo da investigação e desenvolvimento, não exploram a fronteira tecnológica. Em vez disso, asseguram atividades de melhoramento das inovações das empresas atrás mencionadas. Quanto à estratégia imitativa, o enfoque das empresas que a desenvolvem prende-se com a aquisição de inovações desenvolvidas por outras empresas (através de transferências de tecnologias dentro da própria empresa ou processos de licenciamento) ou reduções de custo por inovações de processos. No caso da estratégia dependente, e das empresas que a adotam, as inovações implementadas podem ter sido desenvolvidas por outras empresas, mas como resposta às necessidades específicas dos seus clientes. Tanto as estratégias imitativa como dependente revelam, no seio empresarial, uma elevada capacidade de desenvolvimento industrial mas baixo investimento em ciência e tecnologia. Relativamente às empresas que implementam a estratégia dita tradicional, considera-se não existir componente inovadora, visto que as empresas não sentem necessidade de alterar os seus produtos de forma relevante, uma vez que o mercado não o exige. As suas mudanças concentram-se no melhoramento do processo e na garantia de qualidade. Finalmente, a estratégia oportunista diz respeito à intervenção de empresas na resposta a necessidades de nichos de mercado, sem necessidade de atividades de investigação e desenvolvimento.

Outro ponto fundamental no contributo para a discussão da temática, em análise nesta revisão bibliográfica, diz respeito à diferenciação entre os conceitos de inovação e invenção. Nas palavras de Freeman (1974), o processo de inovação representa a introdução e propagação de produtos ou processos novos e melhorados na economia. Para a definição de invenção, Freeman diz representar uma ideia, um esboço ou um modelo para um produto, serviço, processo ou sistema novo ou melhorado. Finalmente, conclui que é com a primeira transação comercial que se define a ocorrência de uma inovação, no seu sentido económico.

Ainda assim, para efeitos da entidade de acolhimento, o conceito de inovação utilizado no âmbito do Gabinete de Apoio ao Promotor é o definido pelo Manual de Oslo, pelo que este relatório tratará agora de o fazer apresentar. Como fruto da colaboração entre o Eurostat e a OCDE (Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Económico), o Manual de Oslo representa um instrumento de recolha e interpretação de dados relativos à inovação, possíveis de comparar ao nível internacional. De acordo com esta publicação, a inovação pode ser de quatro diferentes tipologias, induzindo mudanças nas atividades das empresas: inovação de produto; inovação de processo; inovação organizacional; inovação de *marketing*.

Ao nível do produto, as inovações dizem respeito a alterações significativas na aplicabilidade de bens ou serviços. São igualmente consideradas inovações ao nível do produto a própria criação, mas também o melhoramento de produtos já existentes. Ao nível do processo, são consideradas inovações as alterações significativas induzidas nos métodos de produção e distribuição. Relativamente à inovação organizacional, consideram-se as mudanças nas práticas de negócio, na organização no local de trabalho, nas relações externas da empresa, isto é, ações de implementação de novos métodos organizacionais. Finalmente, consideram-se as inovações de *marketing* como a implementação de novos métodos de *marketing*, na mudança do design, empacotamento, promoção ou alocação do produto, assim como métodos para atribuição de preços a bens e serviços.

No caso particular das micro, pequenas e médias empresas, o Manual de Oslo tece ainda algumas considerações quanto à inovação. Graças à sua dimensão, esta tipologia de empresas é necessariamente mais especializada nas atividades que desenvolve. Assim, maior é a importância das interações com outras empresas e centros de investigação, para atividades de I&D, trocas de conhecimento e, potencialmente, para a comercialização e atividades de *marketing*.

Finalmente, o Manual de Oslo conclui, como definição de inovação, “a implementação de um produto (bem ou serviço), novo ou significativamente melhorado, processo, método de marketing, ou novo método organizacional aplicado nas práticas, no local de trabalho ou nas relações externas do negócio.”

Outro autor a contribuir igualmente para a discussão e definição do conceito de inovação, foi Peter Drucker (1985). De acordo com o autor, “a inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, através da qual exploram a mudança como uma oportunidade para diferentes negócios ou diferentes serviços”, e é o resultado da ocorrência de uma de sete diferentes fontes originadoras da inovação: o inesperado; as

incongruências; a necessidade de pensamento; as estruturas industriais e de mercado; a demografia; a mudança de percepção e o novo conhecimento.

4. Estratégia Europa 2020

O horizonte temporal 2014-2020, no contexto da União Europeia, servirá de cenário para a concertação de programas europeus que respondam às atuais prioridades económicas e sociais da Europa. Durante a vigência do novo Quadro Financeiro Plurianual, a União Europeia verá definidas as suas prioridades de despesa, que procurará articular com a sua estratégia a dez anos, Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

4.1 As prioridades de Investimento da Europa 2020

No contexto do estágio curricular, surgiu a oportunidade de participar num *workshop* de divulgação “Horizonte 2020 – Incentivos para PME Inovadoras”, no dia 20 de Março de 2015, inserido no Ciclo de Seminários “Financiamento Internacional”, a decorrer no Biocant Park. Nesta sessão, para além de uma análise detalhada do programa Horizonte 2020, – que será objeto de análise, neste relatório – foram prestados breves esclarecimentos aos presentes (empresários, institutos da área da investigação e outros interessados) sobre a Estratégia Europa 2020, no contexto das PME inovadoras. Assim, tal como esclarecido na sessão, realizada em parceria com a *Ateknea Solutions*, foi-me possível compreender que a Europa 2020, com três prioridades principais, promove sete iniciativas bandeira:

- Crescimento inteligente – Investimento em educação, investigação e inovação: (1) Programa digital para a Europa; (2) União da Inovação; (3) Juventude em movimento;
- Crescimento sustentável – Construindo uma economia sustentável de baixo carbono: (4) Europa com utilização eficiente de recursos; (5) Uma política industrial para a era da globalização;
- Crescimento inclusivo – Redução de desemprego e pobreza: (6) Um programa para novas capacidades e empregos; (7) Plataforma Europeia contra a pobreza.

Definida esta estruturação, na Comunicação da Comissão Europeia, de 3 de Março de 2010, especificaram-se alguns dos resultados procurados com cada prioridade da

estratégia. Com a primeira prioridade, a Europa procura desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Relativamente à prioridade afeta ao crescimento sustentável, a estratégia aponta no sentido da promoção de uma economia mais eficiente na utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva. Finalmente, com a terceira e última prioridade, a Europa pretende fomentar uma economia com elevados níveis de emprego, de modo a assegurar a coesão social e territorial.

Estabelecidas as prioridades de ação da estratégia Europa 2020, é ainda na Comunicação da Comissão, de 3 de Março de 2010, que a própria Comissão propõe os objetivos a serem cumpridos pela União Europeia, em matérias: de empregabilidade (“75% da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada”); de investimento em investigação e desenvolvimento (“3% do PIB da UE deve ser investido em I&D”); de compromisso climático e energético (pelo cumprimento dos objetivos ‘20/20/20’¹, assim como “uma subida para 30% do objetivo para a redução das emissões, se as condições o permitirem”); de combate ao abandono escolar (“a taxa de abandono escolar precoce deve ser inferior a 10% e pelo menos 40% da geração mais jovem deve dispor de um diploma de ensino superior”), e finalmente, de combate à pobreza (“20 milhões de pessoas devem deixar de estar sujeitas ao risco de pobreza”).

Alinhavadas com estas prioridades, há ainda a pertinência do contexto temporal 2014-2020, que, como este relatório tratará de clarificar, significará a estruturação dos programas dos Estados-membros para responder às prioridades europeias. Assim, no sentido de responder aos objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, estabelecidos para a Europa, os países e as regiões poderão recorrer aos instrumentos de financiamento disponíveis. Ao nível europeu, o financiamento de projetos que zelem pelos interesses da União será privilegiado na atribuição de subvenções, como trataremos de aprofundar já de seguida, neste relatório – no apoio específico às PME, aprofundaremos, em particular, os programas Horizonte 2020 e COSME.

¹ Os objetivos definidos como ‘20-20-20’ dizem respeito a prioridades da União Europeia no campo da política ambiental e energética, a atingir até 2020: redução das emissões de gases com efeito de estufa na União Europeia para pelo menos 20% abaixo dos níveis de 1990; assegurar que 20% da energia consumida na União Europeia tem origem em fontes renováveis; reduzir o uso primário de energia em 20% em relação aos níveis previstos – a ser alcançado através da eficiência energética.

4.2 Subvenções Comunitárias

Relativamente aos contornos das Subvenções Comunitárias, é pelo artigo 128.º do Regulamento Financeiro Geral – Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 do Conselho, de 25 de Junho de 2002, que se faz prever uma publicação *ex ante* da programação anual e dos convites à apresentação de propostas, assim como uma publicação *ex post* das subvenções concedidas no decurso do exercício. Com esta sistematização, pretende-se garantir a transparência do processo, assim como a facilitação no acesso à informação. Uma vez concretizado o primeiro compromisso jurídico, considera-se concedida a subvenção.

Como resultado dos diversos interesses da União em matérias de intervenção financeira em projetos levados a cabo pelos seus Estados-membros, as subvenções a ceder podem ser de diferentes Domínios Temáticos – com as respetivas áreas de intervenção específicas. Com esta organização por Domínios Temáticos, os projetos ou organizações sujeitas ao contributo financeiro da Comissão, concorrerão aos programas que a União Europeia disponibilize na sua área de elegibilidade. Para efeitos de financiamento através dos Programas Europeus, consideram-se os seguintes domínios temáticos: Agricultura; Pescas e Alimentação; Ambiente; Consumidores e Saúde; Empresa; Relações Externas e Negócios Estrangeiros; Cultura; Educação e Juventude; Justiça; Assuntos Internos e Direitos dos Cidadãos; Economia; Finanças e Impostos; Regiões e Desenvolvimento Local; Emprego e Direitos Sociais; Ciência e Tecnologia; Energia e Recursos Naturais; Transporte e Viagens.

No domínio da investigação, e no apoio à orientação para a excelência científica, a liderança industrial, assim como para desafios societais, a Europa apresenta o Horizonte 2020 como programa bandeira, no apoio a projetos de investigação, inovação e demonstração, primando pelo impulso na criação de crescimento económico e de postos de trabalho.

No âmbito do estágio, integrada no Ciclo de Seminários “Financiamento Internacional – Biocant Inovação”, a sessão “Horizonte 2020 – Oportunidades para PME Inovadoras”, realizada no dia 20 de Março de 2015, clarificou as tipologias de

ação apoiadas pelo programa, sendo elas: ações de investigação e inovação (RIA)², ações de inovação (IA)³, ações de coordenação e suporte (CSA)⁴, Instrumento para as PME, *Fast Track to Innovation*⁵, assim como ações Marie Skłodowska Curie⁶.

No apoio específico às PME, em análise neste relatório, o Instrumento para as PME (no contexto do Horizonte 2020) apresenta um orçamento total de 3 mil milhões de euros, para o horizonte temporal 2014-2020, que verá aplicados no apoio a projetos com impacto à escala europeia, com enfoque na inovação e ambição de desenvolver o seu potencial de crescimento. Trata-se de um instrumento de financiamento exclusivo para pequenas e médias empresas, com gestão assegurada pela EASME (*Executive agency for Small and Medium-sized Enterprises*). Como objetivo principal, o Instrumento para as PME tenta intervir nos estágios iniciais de vida das empresas, com apoio de capital, prestando especial atenção a atividades desenvolvidas no âmbito da investigação e inovação com dimensão europeia, com financiamento até 70% dos custos diretos (máximo de 25% para custos indiretos) elegíveis da empresa (ou consórcio) – exceto no tópico da saúde, em que o financiamento é apoiado a 100%. Tratando-se de um apoio reembolsável, faseia o apoio em 3 momentos diferentes: conceito e viabilidade; I&D, demonstração e replicação no mercado; comercialização. Na primeira fase, relativa ao conceito e viabilidade do projeto, pretende-se aferir a viabilidade e potencial comercial científico ou tecnológico de uma nova ideia, impulsionadora de um projeto inovador, com o apoio financeiro de 50 mil euros. Verificados resultados positivos no estágio inicial do projeto, a primeira fase do Instrumento para as PME prevê a prestação de outros apoios. Com a duração de 6 meses – passível de variação,

² Projetos de investigação que podem gerar novos conhecimentos e tecnologias (financiamento de 100% dos custos elegíveis, para projetos de consórcio de parceiros de diferentes países, industriais e académicos).

³ Atividades próximas do mercado (a título de exemplo: prototipagem, testes, demonstração, piloto, aumento de escala, etc.) (financiamento até 70% dos custos elegíveis – exceto organizações sem fins lucrativos, que podem ser financiadas a 100% - de projetos para consórcio de parceiros de diferentes países, industrial e académico).

⁴ Coordenação e *networking* de projetos de investigação e inovação; programas de disseminação e boas práticas em políticas públicas (financiamento de 100% dos custos elegíveis, para projetos de entidades individuais ou consórcios de parceiros, industriais e académicos, de diferentes países).

⁵ Projetos de inovação dirigidos a qualquer tecnologia ou desafio societal (financiamento de 70% dos custos elegíveis – exceto organizações sem fins lucrativos, em que a taxa de apoio é 100% - para consórcio de indústria, incluindo PMEs, com 3 a 5 parceiros).

⁶ Parcerias de investigação internacional no setor público e privado, de treino de investigação e trocas de *staff* (financiamento de 50% do custo estipulado por investigador, para programas de mobilidade de investigação).

consoante as necessidades específicas do projeto – o apoio prevê um estudo de viabilidade técnica e comercial do projeto, assim como um plano de negócios mais elaborado, para o projeto beneficiário.

Na segunda fase, relativa à investigação, desenvolvimento, demonstração e replicação no mercado, o apoio financeiro disponível varia entre os 500 mil euros e os 2,5 milhões de euros, com a duração de um a dois anos – existindo exceções. É suposto que os projetos presentes nesta fase tenham sido submetidos aos critérios de avaliação da fase anterior, ou que tenham resultados equivalentes à frequência dessa fase. Com a conclusão da segunda fase, pretende-se que o produto, processo ou serviço esteja pronto para a introdução no mercado, com o suporte de um plano de negócios e estudo de viabilidade aprovado.

Finalmente, na terceira fase, a preparação para o lançamento do produto, processo ou serviço no mercado é feita através do apoio a atividades de formação, acompanhamento e monitorização das PME beneficiárias. Pretende-se a facilitação do acesso a capital de risco, de origem pública ou privada. Com a conclusão da terceira fase, os projetos candidatos devem ver definidas as estratégias de comercialização dos seus produtos e crescimento dos seus negócios. Dada a distinção entre as três fases do instrumento, as candidaturas não requerem o modo sequencial, pelo que os apoios disponíveis devem ser geridos com adequação às necessidades específicas dos beneficiários.

Com base na informação transmitida durante a sessão de apresentação Horizonte 2020 – Oportunidades para PME inovadoras, já neste relatório referida, promovida pela *Ateknea Solutions*, existem algumas recomendações a ter em conta, para a elegibilidade na candidatura de empresas ao Instrumento para as PME, sendo elas: a existência de 5 de trabalhadores na empresa (no mínimo); atividade económica com mínimo recomendado de 350 mil euros; nível mínimo de TRL 6 – *Technology Readiness Level*, cujo significado é explicado de imediato.

A amplitude de valores deste índice, o *Technology Readiness Level*, possibilita a caracterização numérica do estado de maturidade tecnológica do projeto. Inicialmente desenvolvido pela NASA, na década de 70, este índice pretende responder à necessidade de avaliar a maturidade tecnológica dos processos que pretendia integrar no seu sistema. No contexto deste relatório, ter-se-á em conta a esquematização da

Comissão Europeia, nomeadamente no que diz respeito ao programa Horizonte 2020. Trata-se de avaliar a maturidade dos processos tecnológicos, por uma igual escala de avaliação. Cada um dos níveis é caracterizado em anexo do programa de trabalhos de 2014-2015, do Horizonte 2020 (Extrato da página 19 – Decisão da Comissão C (2014)). Assim, é de considerar:

TRL1 – Princípios básicos observados

TRL 2 – Conceito tecnológico formulado

TRL 3 – Prova de conceito experimental

TRL 4 – Tecnologia validada em laboratório

TRL 5 – Tecnologia validada em ambiente relevante (ambiente industrialmente relevante no caso de tecnologias facilitadoras essenciais)

TRL 6 – Tecnologia demonstrada em ambiente relevante (ambiente industrialmente relevante no caso de tecnologias facilitadoras essenciais)

TRL 7 – Demonstração do sistema de protótipo em ambiente operacional

TRL 8 – Sistema completo e qualificado

TRL 9 – Sistema final comprovado em ambiente operacional (fabricação competitiva no caso das tecnologias facilitadoras essenciais).

Assim sendo, articulando esta estruturação dos níveis de avaliação da maturidade tecnológica, podemos concluir que os projetos candidatos ao Instrumento para as PME deverão, em condições ideais, encontrar-se capazes de demonstrar a sua tecnologia em ambiente relevante.

Por outro lado, tal como já referido no presente relatório de estágio, o horizonte temporal 2014-2020 servirá ainda de cenário à implementação de um programa de dimensão europeia, especificamente orientado para o incentivo à competitividade e sustentabilidade das empresas da União Europeia, com especial atenção para a criação e crescimento das PME. Com um orçamento total de 2 300 milhões de euros, o COSME (*Competitiveness of Enterprises and Small and Medium-sized Enterprises*) assegurará a melhoria no acesso a financiamento por parte de PMEs, – sob a forma de capital e de

dívida – a melhoria no acesso a mercados, – mercados da União Europeia, em particular, mas também mercados globais – a melhoria de condições de competitividade e sustentabilidade das empresas europeias, – com especial atenção às PME – e, finalmente, a promoção do empreendedorismo e de uma cultura empreendedora. Tal como explícito no Programa de Trabalhos para 2015, serão promovidas sinergias com o Horizonte 2020, entre outros programas, em matérias de internacionalização, empreendedorismo, exploração económica de novas ideias, criação de novas empresas e novos modelos de negócio, investimento em inovação e investigação, transferência de conhecimento, *clusters* e outras áreas de interesse.

Com a gestão assegurada pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI), o programa COSME vê uma grande parte dos seus instrumentos financeiros aplicados no apoio ao tecido empresarial europeu. Entre eles, o Mecanismo de Garantia de Empréstimo⁷ e o Mecanismo de Capital Próprio para o Crescimento⁸. Para além dos mencionados, o Programa COSME define ainda iniciativas de impacto direto no apoio às PMEs com ações de dimensão inovadora. Através do financiamento à rede de serviços às PME, pela *Enterprise Europe Network*, o programa COSME presta auxílio às empresas europeias na procura de parceiros tecnológicos e de negócios, assim como na compreensão da legislação europeia afeta aos negócios das PME. Na facilitação do acesso à informação para a realização de negócios dentro da União Europeia, o programa financia o portal *Your Europe Business*, sendo que para a realização de atividades fora da União Europeia, dispõe o portal *SME Internationalisation*. No financiamento a gabinetes de apoio a questões de direitos de propriedade intelectual, o programa COSME dispõe o instrumento *IPR SME Helpdesks*. Finalmente, na análise às iniciativas de impacto relevante nas empresas inovadoras há ainda a destacar a Iniciativa PME⁹, o Apoio à Internacionalização de PMEs, o Apoio à Internacionalização de Clusters – *Cluster Go International*, a Iniciativa *Design-Based Consumer Goods*¹⁰, a

⁷ Cofinanciado pelo programa Horizonte 2020 e COSME, assim como pelo Banco Europeu de Investimento.

⁸ Instrumento financeiro para o crescimento, investigação e inovação de empresas em diferentes estágios de desenvolvimento.

⁹ Instrumento de partilha de riscos acompanhado de garantias da União Europeia aos empréstimos às PME.

¹⁰ Instrumento para a proximidade entre a investigação e inovação, assim como para a replicação de mercado e primeiras implementações de projetos, associados a novos produtos, serviços, técnicas ou processos.

Iniciativa *Key Enabling Technologies*¹¹, e o esquema de mobilidade Erasmus Para Jovens Empreendedores¹².

4.2 Portugal 2020

Tal como explícito na Proposta Oficial do Acordo de Parceria, de Janeiro de 2014, “o acordo de Parceria que Portugal propõe à Comissão Europeia, denominado Portugal 2020, adota os princípios de programação da Estratégia Europa 2020 e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal. Portugal 2020 define as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover no nosso país o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.”.

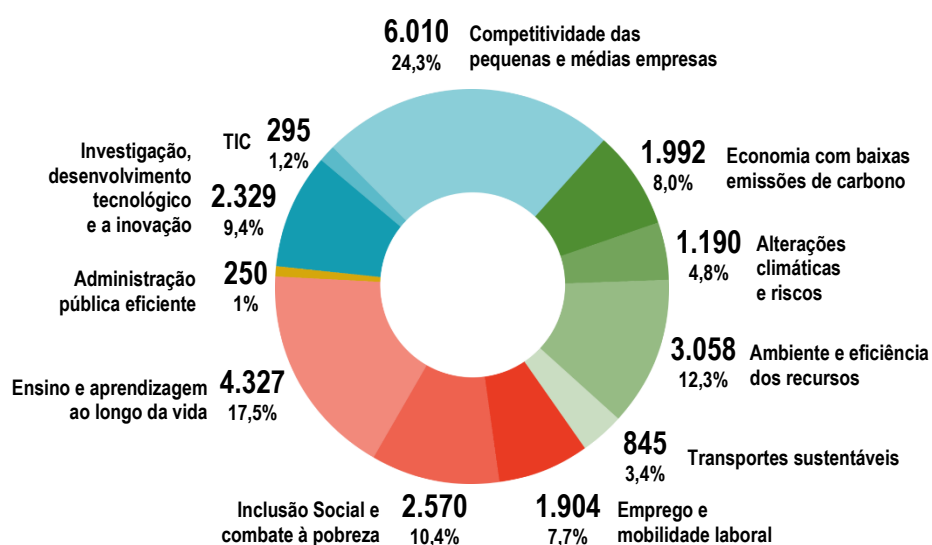
Com um orçamento de 25 mil milhões de euros até 2020, o acordo de parceria fará por instaurar políticas com os seguintes objetivos: estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis; incremento das exportações; transferência de resultados do sistema científica para o tecido produtivo; cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos; redução dos níveis de abandono escolar precoce; integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social; promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos; reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade; racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública.

Relativamente à dotação financeira do programa, por domínios de interesse, faz-se apresentar de seguida a respetiva ilustração, para valores em milhões de euros.

¹¹ Instrumento para a implementação de ações que promovam a cooperação entre centros de excelência na área da inovação tecnológica, na permissão de acesso às suas plataformas tecnológicas por parte de PMEs.

¹² Esquema para a intensificação das relações comerciais entre empreendedores de diferentes Estados-membros, na prospeção de internacionalização de empresas, e na propagação de métodos ou produtos inovadores, no Mercado Único Europeu.

Figura 1 – Dotação Financeira do Portugal 2020



Fonte: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (Apresentação *Power Point* da Sessão de apresentação Centro 2020, de 20 de Março de 2015).

No apoio específico às micro, pequenas e médias empresas inovadoras, este relatório tratará agora de esclarecer as oportunidades de dimensão nacional, a aproveitar por projetos da Região Centro, que pela grande dimensão dos mesmos ou pelas possíveis parcerias com entidades de outras regiões nacionais, justifiquem o apoio de Programas Operacionais de maior dimensão. A destacar, para efeitos do enfoque estabelecido neste relatório, o COMPETE – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, com um orçamento de 6,233 mil milhões de euros (financiado em 70,8% por Fundos Comunitários), representa o programa nacional para o aumento da competitividade nacional pela dinamização dos recursos e competências nacionais, com vista à criação de emprego e convergência com as economias desenvolvidas da União Europeia. Estruturado em seis eixos, faz afetar dois destes (e 73,5% do orçamento total do programa) à tipologia de empresas em análise no presente relatório. Assim, o “Eixo 1 – Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação” e “Eixo 2 – Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto”, representam duas das componentes estruturais do programa nacional a serem potencialmente aproveitados pelas PMEs da Região Centro, com ações no campo da inovação, e necessidades de financiamento nos campos de elegibilidade dos eixos em questão. No caso do Eixo 1, o Objetivo “Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente, orientada para a especialização inteligente e visando estimular uma economia de base tecnológica e de alto valor acrescentado, privilegiando

a excelência, a cooperação e a internacionalização” vê delineada uma orientação específica para Entidades do Sistema de I&I, pelo que o apoio prestado a empresas só será previsto em projetos de copromoção, com a liderança do projeto a ser deixada a cargo das entidades não empresariais. Já no Objetivo “Aumentar o investimento empresarial em I&I, para promover o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação, reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades do sistema de I&I”, a candidatura por parte de PME é prevista e particularmente apoiada. Esses apoios manifestam-se, nomeadamente, no financiamento à participação das empresas em programas financiados pela União Europeia de I&D (como são exemplo os programas Horizonte 2020 e COSME). No caso do Eixo 2 do programa, os beneficiários são exclusivamente PMEs, pelo que as oportunidades de financiamento de interesse para o presente relatório se prendem com as atividades de carácter inovador possíveis de ser apoiadas. Tal acontece no âmbito do Objetivo “Reforçar a capacitação empresarial das PMEs para o desenvolvimento de bens e serviços”, para o qual se fazem promover ações de financiamento a projetos simplificados de inovação (vales¹³) para pequenas iniciativas empresariais de PMEs, limitado a empresas que não tenham projetos de investimento apoiados na área da qualificação e inovação. Tratando-se de um apoio para a aquisição de serviços de consultoria de inovação, abrange atividades de consultoria de gestão, consultoria na área da economia digital, ou para a aquisição, proteção e comercialização de direitos de propriedade industrial, assim como para acordos de licenciamento, entre outras. Outra tipologia de ações de financiamento prevista no Eixo 2 diz respeito a apoios ao investimento empresarial inovador, na criação e reforço de capacidades de produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, diferenciadores, de qualidade e de elevado nível de incorporação nacional, para PMEs, na sua natureza inovadora (ao nível do produto, do processo ou organizacional). Assim, o Programa Operacional Competitividade e Internacionalização não faz prever, pela atuação dos Eixos aqui analisados, o investimento à mera expansão, modernização ou criação em atividades

¹³ Relativamente a este apoio específico, estruturado sob a forma de vales, é de referir que estes não se traduzem num apoio direto prestado aos beneficiários. Tal como no caso de outras áreas de interesse do Programa Operacional, às quais se faz prestar esta tipologia de apoio, o sistema de vales traduz um processo de prestação de serviços, em dois momentos: numa primeira fase, creditam-se as empresas candidatas capazes de assegurar a prestação do serviço específico (serviços de consultoria de inovação, ou apoio à internacionalização de empresas, a título de exemplo); numa segunda fase, abrem-se as candidaturas para os beneficiários que pretendam usufruir da dita prestação de serviços, por parte de uma das entidades presente na lista positiva estabelecida no momento anterior.

sem potencial de crescimento sustentado. É objetivo destas medidas o investimento no domínio da qualificação, diferenciação, diversificação e inovação na produção de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, para a criação de cadeias de valor mais alargadas e criadoras de maior valor acrescentado.

4.2.1 Centro 2020

Definido para o horizonte temporal 2014-2020, o Programa Operacional Regional do Centro dispõe de um orçamento financiado pelo FEDER, em 1 751 milhões de euros, assim como pelo FSE, em 404 milhões de euros, perfazendo um total de 2 155 milhões de euros, a serem aplicados em medidas de reforço da competitividade das empresas e promoção do emprego, na Região Centro. Para além disso, serão priorizadas as ações de proteção e utilização dos recursos da região, assim como ações de promoção à inclusão social das pessoas mais desfavorecidas.

Pela operação dos dez eixos prioritários do Programa, tal como explícito no documento Brochura do Centro 2020, a Região Centro procura: tornar-se *Innovation Leader*¹⁴ (segundo o *Regional Innovation Scoreboard*); representar 20% do Produto Interno Bruto nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional; diminuir em 10% as assimetrias territoriais; ter 40% da população jovem com formação superior; atingir uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional. Assim, consideram-se os seguintes eixos prioritários: Eixo 1 – Investigação, Desenvolvimento e Inovação; Eixo 2 – Competitividade e Internacionalização da Economia Regional; Eixo 3 – Desenvolver o Potencial Humano; Eixo 4 – Promover e Dinamizar a Empregabilidade; Eixo 5 – Fortalecer a Coesão Social e Territorial; Eixo 6 – Afirmar a sustentabilidade dos recursos; Eixo 7 – Afirmar a sustentabilidade dos territórios; Eixo 8 – Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais; Eixo 9 – Reforçar a rede urbana; Eixo 10 – Assistência Técnica.

Subordinados aos Eixos Prioritários referidos, o Programa Operacional da Região Centro faz ainda subordinar nove Objetivos Temáticos, que por sua vez, resultam em diferentes Prioridades de Investimento. Assim, é construída a estrutura que

¹⁴ Segundo o *Innovation Union Scoreboard* de 2015, só quatro países europeus possuem atualmente o respetivo título, sendo eles: Suécia, Dinamarca, Finlândia e Alemanha. Segundo o mesmo documento, Portugal é atualmente *Moderate Innovator*. Em 2012, a Região Centro havia sido considerada *Innovation Follower*, pelo *Regional Innovation Scoreboard* 2012. O estudo é feito com base num índice desenvolvimento a partir de 25 indicadores relativos aos sistemas de inovação dos Estados-membros.

responde às necessidades de financiamento específicas de cada projeto. Relativamente aos Objetivos Temáticos, são eles: Objetivo temático 1 – Investigação, desenvolvimento tecnológico e a inovação; Objetivo temático 2 – TIC; Objetivo temático 3 – Competitividade das pequenas e médias empresas; Objetivo temático 4 – Economia com baixa emissão de carbono; Objetivo temático 6 – Ambiente e eficiência dos recursos; Objetivo temático 8 – Emprego e mobilidade laboral; Objetivo temático 9 – Inclusão social e combate à pobreza; Objetivo temático 10 – Ensino e aprendizagem ao longo da vida; Objetivo temático 11 – Administração pública e eficiente.

No âmbito deste relatório, no enfoque às atividades relacionadas e promotoras da inovação, será tido em conta o Objetivo Temático 1. No enfoque particular às pequenas e médias empresas, de interesse para o presente relatório, a análise ao Centro 2020 terá em especial atenção o Objetivo Temático 3 do programa.

No contexto do Eixo 1, para o Objetivo temático 1, consideram-se as Prioridades de Investimento: 1.1 – O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu; 1.2 – A promoção do investimento das empresas na I&D e sinergias entre empresas, ensino superior e centros de investigação em redes e *clusters* através de especialização inteligente.

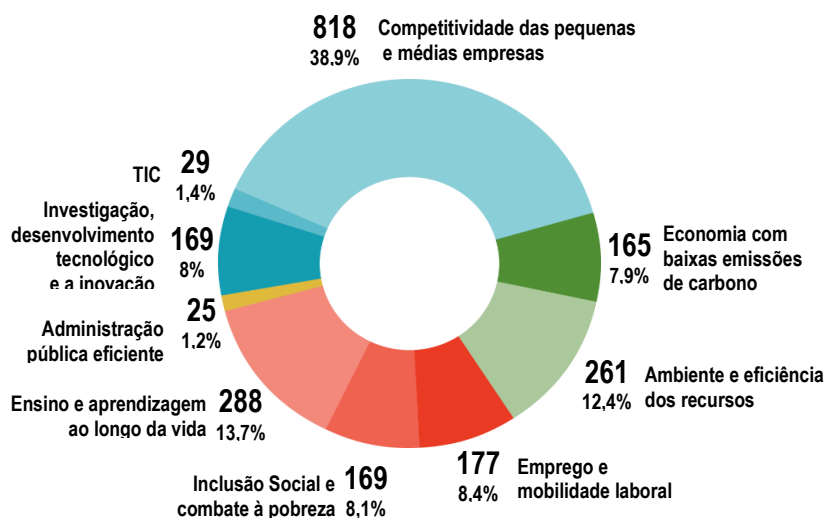
Neste Eixo, dedicado às atividades de investigação, desenvolvimento e inovação, encontram-se igualmente definidos os objetivos a atingir, sendo eles: o aumento da produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente; o reforço da transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial; o aumento do investimento empresarial em I&I reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades regionais do sistema de I&I; o reforço das redes para a inovação e a internacionalização de empresas, assim como o aumento do investimento empresarial em atividades inovadoras. Considerando as tipologias de projetos que o Eixo em análise visa apoiar, há a destacar os apoios a projetos de I&D, (sob a forma de apoios a linhas de investigação das instituições, à participação noutros programas financiados pela União Europeia, ao patenteamento e ao licenciamento de propriedade industrial, entre outros) e às redes colaborativas (na criação, dinamização e promoção de parcerias internacionais de *clusters*, entre outras). Finalmente, é de realçar que os investimentos em infraestruturas e equipamentos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação

passam, no horizonte temporal 2014-2020, a ver exigida a inclusão no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Interesse Estratégico - RNIIE.

Relativamente ao Eixo 2, para o Objetivo temático 3, há a considerar as Prioridades de Investimento: 3.1 – A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas; 3.2 – O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; 3.3 – A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

Tendo em conta o objetivo da análise deste relatório, há a destacar neste Eixo do Programa Operacional as ações de apoio direto à qualificação e inovação nas empresas, através das quais se visa a prestação de apoio a projetos de investimento produtivo de natureza inovadora, à inovação indutora de ganhos de produtividade industrial, assim como a projetos simplificados de inovação (vales) – entre outros, não diretamente relacionados com processos inovadores.

Figura 2 – Dotação Financeira do Centro 2020



Fonte: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020.

Finalmente, em relação à dotação financeira do Programa Operacional da Região Centro, a ilustração anterior representa a disponibilidade financeira, em milhões de euros, por domínios de interesse.

4.2.2 RIS 3 (*Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation*) –

Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente

Na ficha informativa “Estratégias de Inovação Regionais/Nacionais para a Especialização Inteligente (RIS3)”, da Comissão Europeia, a RIS 3 é descrita como o resultado da concertação entre prioridades regionais, nacionais e europeias no domínio da investigação e inovação, de modo a fortalecer a ligação entre pequenas, médias e grandes empresas para a criação de postos de trabalho e crescimento económico baseados no conhecimento. No documento de trabalho, de fevereiro de 2014, elaborado pela CCDRC, “RIS3 do Centro de Portugal – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente”, as estratégias são ainda descritas como agendas de transformação económica integradas, e resposta a desafios de desenvolvimento complexos adaptando a Política de Coesão da União Europeia ao contexto regional.

Relativamente à metodologia proposta pela Comissão Europeia para a definição das Estratégias de Inovação Regionais e Nacionais para a Especialização Inteligente, no território europeu, fazem-se prever os seguintes passos:

1. Análise do contexto regional e do potencial de inovação;
2. Definição de um modelo de governação: participação e liderança;
3. Elaboração de uma visão global, partilhada, para o futuro da região;
4. Identificação das prioridades;
5. Definição do *policy mix* (combinação de instrumentos e políticas) e do plano de ação;
6. Integração de mecanismos de monitorização e avaliação.

Com o objetivo de reforçar a condição de laboratório vivo e convergir para o estatuto de *Innovation Leader*, a RIS3 propõe um caminho que procure:

- i) “Tirar partido dos seus múltiplos recursos endógenos, das infraestruturas existentes, dos territórios e dos agentes regionais” – a partir do aproveitamento de *clusters*, Unidades de Transferência de Tecnologia de Instituições de Ensino Superior, Centros Tecnológicos, (7) Parques de

Ciência e Tecnologia, (11) Incubadoras, Aceleradoras de Empresas, Organizações Não Governamentais, entre outros agentes;

- ii) “Potenciar a capacidade de criação de conhecimento, assente em recursos humanos qualificados, reforçando a intensidade tecnológica na produção de bens e serviços orientados para cadeias de valor globais e aproximando o sistema científico das atividades económicas, sociais e criativas” - de onde há a destacar as três universidades públicas, os seis institutos politécnicos públicos, as restantes escolas universitárias privadas e unidades de investigação associadas (no campo da produção de conhecimento científico e tecnológico);
- iii) “Consolidar o reconhecimento de espaço inovador, mobilizador, libertador do potencial individual e coletivo, gerador de emprego, valor económico, social e territorial”;
- iv) “Reforçar a produtividade, a coesão territorial e afirmar a Competividade Responsável, Estruturante e Resiliente enquanto verdadeiro desígnio central suportado pelas dinâmicas RIS3”.

No mesmo documento, a CCDRC faz dividir quatro plataformas de inovação que cruzam os domínios diferenciadores e enquadram as apostas RIS3 no Centro de Portugal, com definição de Apostas Indicativas para cada uma das Plataformas. Assim:

1. Soluções industriais sustentáveis

Aposta Indicativa 1.1: Otimização sustentada da produtividade industrial

Aposta Indicativa 1.2: Desenvolvimento e utilização de materiais

2. Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos naturais

Aposta Indicativa 2.1: Fontes energéticas alternativas

Aposta Indicativa 2.2: Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais

3. Tecnologias ao serviço da qualidade de vida

Aposta Indicativa 3.1: Futuro digital

Aposta Indicativa 3.2: Inovação centrada na saúde

Aposta Indicativa 3.3: Envelhecimento ativo e saudável

4. Inovação territorial

Aposta Indicativa 4.1: Inovação rural

Aposta Indicativa 4.2: Cidades sustentáveis, criativas e inteligentes

Aposta Indicativa 4.3: Investigação, desenvolvimento e inovação no turismo

Dos 25 indicadores que constituem o Barómetro Regional¹⁵, foram identificados no documento de trabalho aqui em análise os dez mais relevantes para a RIS3 do Centro de Portugal, sendo eles:

- 1) Resultados *Regional Innovation Scoreboard* da Região Centro
- 2) Exportação de bens
- 3) Investimento direto estrangeiro
- 4) Investimento em I&D
- 5) Doutorados
- 6) Empresas gazela
- 7) Produtividade do trabalho
- 8) Criação líquida de empresas
- 9) PIB
- 10) Eficiência energética

Na relação específica com o Programa Regional da Região Centro, há ainda a referir o grau de articulação entre alguns dos Eixos Prioritários e Objetivos Temáticos com a Estratégia para a Especialização Inteligente. De acordo com a análise levada a cabo pela CCDRC, a ambição regional de se situar como *Innovation Leader* revela-se especialmente articulada com a execução dos Eixos 1 (Investigação, Desenvolvimento e Inovação), 2 (Competitividade e Internacionalização da Economia Regional), 3

¹⁵ Sendo eles: Exportações de bens no PIB; Crescimento no IDE; Investimento em I&D no PIB; Regional Innovation Scoreboard; Doutorados por 1000 habitantes; Empresas gazela; Criação líquida de sociedades; Crescimento real do PIB; Produtividade do trabalho; Abandono escolar precoce; População jovem com formação superior; Resultados de exames nacionais; Aprendizagem ao longo da vida; Variação da população; Taxa de desemprego; Taxa de desemprego jovem; Indicador de satisfação dos residentes; PIB por habitante; Beneficiários do RSI por 1000 habitantes; Rendimento total (coeficiente de *Gini*); Variação populacional (desvio padrão); Rendimento familiar (coeficiente de variação); Energias renováveis no consumo de energia elétrica; Emissão de gases com efeito de estufa no VAB; Consumo de energia primária no PIB.

(Desenvolver o Potencial Humano), 4 (Promover e Dinamizar a Empregabilidade) e 7 (Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios) do Programa Operacional Regional do Centro para 2014-2020.

Assim, retomando aquilo que atrás já foi mencionado, em análise ao programa Centro 2020, é objetivo da Região Centro, no horizonte temporal 2014-2020 atingir o cumprimento de cinco diferentes e importantes resultados. Relativamente ao primeiro dos mencionados, o documento de trabalho de fevereiro de 2014 relativo à RIS3 da Região Centro diz ser essencial, para o alcançar da visão estratégica assumida, tornar-se *Innovation Leader*, até ao ano de 2020, com o aumento progressivo do investimento em I&D e com a eleição de 100 Empresas Gazela¹⁶ na Região Centro. Tendo em conta este objetivo específico, assim como o propósito deste relatório de estágio, será feita já de seguida uma análise a dados afetos à inovação e ao tecido empresarial da Região Centro promotoras de ações inovadoras.

5. O tecido empresarial da Região Centro

Segundo a publicação de fevereiro de 2014, relativa à RIS3 do Centro de Portugal – já atrás mencionada – a Região Centro, com uma área de 28 199^{km²} e com 22% da população nacional, representava, em 2012, 18,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com o valor regional de 30,3 mil milhões de euros. Esse valor, decorrente da atividade de 22% das empresas portuguesas, resultava num quociente PIB/habitante representante de 82,2% da média do país. Com um tecido económico maioritariamente constituído por empresas com menos de 10 trabalhadores (96%), a Região Centro destaca-se pela inferior capacidade de criação de riqueza ao nível nacional, – por representar 22% da população, mas gerar apenas 18,4% da riqueza nacional – assim como pela especial capacidade exportadora, comparativamente à média nacional.

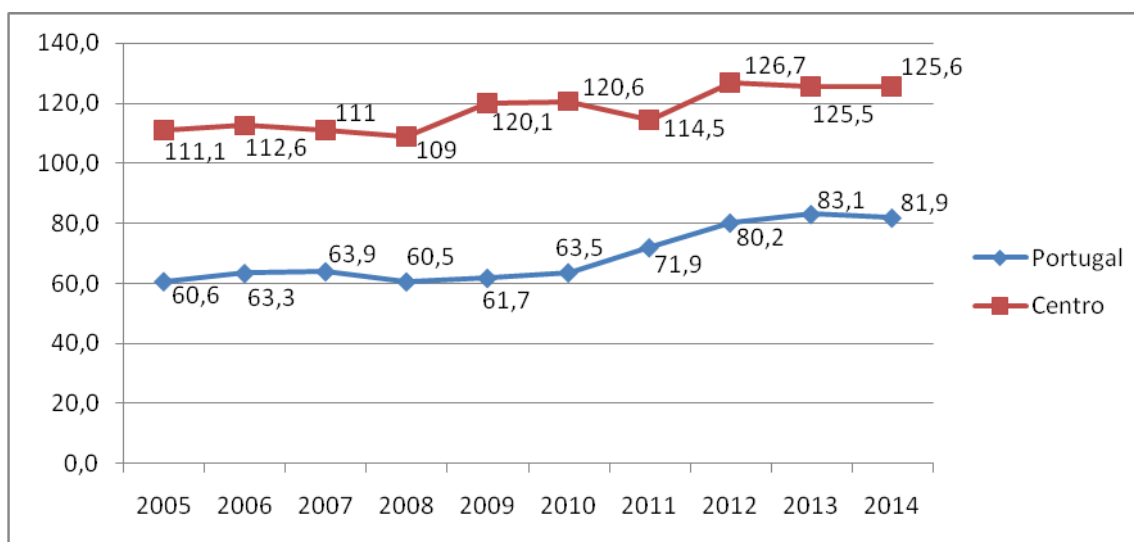
Com o enfoque deste relatório nas atividades de inovação, é importante perceber os dados regionais afetos a esta matéria de estudo, para cumprir o apuramento das

¹⁶ Tal como mencionado no documento de trabalho, elaborado pela CCDRC, “As 46 empresas gazela 2014 da Região Centro”, o conceito de empresas gazela diz respeito ao apuramento anual (desde 2012) de empresas jovens com elevados ritmos de crescimento, sustentados ao longo do tempo. São organizações inovadoras, capazes de se posicionarem de forma diferenciadora nos mercados, onde afirmam a sua competitividade e constroem sucesso a um ritmo acelerado, contribuindo fortemente para a criação de postos de trabalho. No ano de 2014, foram apuradas 46 empresas merecedoras neste contexto.

potencialidades de financiamento do novo contexto temporal que se avizinha, e que aqui é explorado (2014-2020).

Desde logo, um dos dados importantes no retrato da economia da Região Centro é a sua capacidade exportadora que, à semelhança do que o documento de trabalho de 2014 relativo à RIS3 do Centro demonstrava, demonstra uma região capaz de sustentar a sua balança comercial com balanço positivo, ao contrário da situação nacional. Tal avaliação decorre do resultado superavitário da taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens, de 2005 a 2014, para a Região Centro (100 municípios) e para Portugal, como mostra a Figura 3 – os dados no eixo vertical em percentagem.

Figura 3 – Taxa de cobertura das importações pelas exportações em Portugal e na Região Centro (%)



Fonte: DataCentro (Desenvolvimento Regional; Comércio Internacional).

Assim, em análise ao desempenho regional da cobertura das importações pelas exportações, com uma taxa sempre superior à média nacional, clarifica-se a capacidade exportadora da Região, sendo que 2% das exportações, ao nível regional, dizem respeito a bens de alta tecnologia. Relativamente a este campo, é preocupação da CCDRC, assim como de outras entidades regionais, ver reforçada esta componente exportadora da região ao longo do período 2014-2020.

Ao nível da economia regional, o valor do PIB por habitante no ano de 2013, a preços correntes era de 14.027 euros (inferior à média nacional, de 16.372 euros). A produtividade do trabalho, assim como o rendimento disponível bruto das famílias por habitante, foram também inferiores à média nacional. Como maiores preocupações, a Região Centro encontra no momento presente uma necessidade assumida de melhoria

dos seus indicadores relativos ao abandono escolar precoce, à qualificação da sua população, ao desemprego jovem, à capacidade de criação de riqueza, entre outros. Relativamente ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, para dados de 2011 (DataCentro) – sendo que o índice nacional assume o valor 100 – a Região Centro registou a marca de 98,6. Assim, nos dados relativos ao desempenho económico, a Região Centro demonstra-se ultrapassada pela média nacional.

Posto isto, dado o novo contexto temporal, será intenção da Região Centro otimizar a sua capacidade de captação de investimento, e potenciar ao máximo as potencialidades de crescimento sustentado do seu tecido económico. Na análise específica ao tecido económico baseado nas atividades inovadoras, este relatório fará agora uma interpretação dos dados da inovação na economia regional.

5.1 Os dados da inovação na economia regional

Dado o novo contexto temporal, será intenção da Região Centro otimizar a sua capacidade de captação de investimento, e potenciar ao máximo as potencialidades de crescimento sustentado do seu tecido económico. Na análise específica ao tecido económico com prática de atividades inovadoras, este relatório fará agora uma interpretação dos dados da inovação na economia regional.

Tabela 1 – Propriedade Industrial

				Portugal	Centro(100)
Propriedade industrial	Pedidos de invenções nacionais (patentes e modelos de utilidade) realizados por residentes por milhão de habitantes	2013	N.º	70	78
		2012	N.º	66	84
		2011	N.º	64	76
		2010	N.º	56	65
	Proporção de pedidos de invenções nacionais (patentes e modelos de utilidade) realizados por universidades	2013	%	19	31
		2012	%	19	26
		2011	%	21	30
		2010	%	21	40
	Pedidos de <i>design</i> nacional realizados por residentes por milhão de habitantes	2013	N.º	37	48
		2012	N.º	37	43
		2011	N.º	37	47
		2010	N.º	37	31
	Pedidos de marcas realizados por residentes por milhão de habitantes	2013	N.º	1.619	1.271
		2012	N.º	1.590	1.316
		2011	N.º	1.740	1.367
		2010	N.º	1.916	1.528

Indicadores da Inovação (Propriedade Industrial); Fonte: DataCentro.

Observando os dados afetos à Propriedade Industrial, de 2010 a 2013, disponibilizados pela plataforma DataCentro, no contexto nacional e da Região Centro, é possível estabelecer a análise comparativa anterior, através dos indicadores: pedidos de patente e modelos de utilidade (por residentes, por milhão de habitantes), de *design* nacional (por residentes, por milhão de habitantes), de marcas (por residentes, por milhão de habitantes), assim como a proporção de patentes e modelos de utilidade realizados por universidades. Somente no número de pedidos de marcas o valor médio nacional ultrapassa a realidade da Região Centro – com exceção do número de pedidos de *design* nacional realizados por residentes, por milhão de habitantes, no ano de 2010. Relativamente ao peso da despesa em I&D no PIB, em 2012, o valor relativo à Região Centro (1,3%) voltou a ser inferior ao valor nacional (1,4%) – como tem vindo a acontecer, desde 2009. Na proporção da despesa em I&D por setor de financiamento, a realidade nacional revela que 46,5% da despesa é afeta às empresas, 42,7% ao Estado, 3,6% ao Ensino Superior, 2,1% a Instituições privadas sem fins lucrativos e 5,2% com origem estrangeira. Por outro lado, a Região Centro demonstra o Estado como maior responsável pela despesa em I&D, com uma proporção de 52,3%, seguido de 41,1% afetos a empresas, 2% para o Ensino Superior, 1,3% por Instituições privadas sem fins lucrativos e 3,3% com origem estrangeira.

Em suma, a Região Centro tem vindo a demonstrar um desempenho mais expressivo em matérias de Propriedade Industrial, comparativamente aos dados nacionais, sendo que os pedidos de invenções nacionais (patentes e modelos de utilidade) feitos pela região – para além de superarem a média nacional – contam com um maior contributo (31%, para o ano de 2013) das suas universidades.

Todavia, para além de uma análise breve aos dados da Propriedade Industrial, e com suporte na ideia de que o processo de inovação é mais complicado do que uma perspetiva linear¹⁷ possa prever, – defendida por Conceição e Ávila (2001) – importa analisar o processo de inovação tal como levado a cabo no contexto nacional e regional, como um processo dinâmico, em constante melhoria e mutação. Como tal, analisar-se-ão os dados disponíveis relativos às atividades por tipologias de inovação, levadas a cabo pela Região Centro, assim como por pequenas e médias empresas, ao nível nacional.

¹⁷ Sendo que a perspetiva linear da inovação pressupunha uma relação direta e simples entre investimento em investigação e desenvolvimento e invenções com capacidade de serem comercializadas.

Na Tabela 2, com dados recolhidos no *Community Innovation Survey* de 2012¹⁸, indica-se a percentagem de empresas, no contexto nacional e da Região Centro, que levaram a cabo atividades de inovação, discriminando as tipologias de inovação respetivas. Com um desempenho significativo, – superando o total nacional nos quatro levantamentos mencionados – 61% das empresas da Região Centro afirmaram ter levado a cabo atividades de inovação, no período 2010-2012, com especial preponderância na inovação de processo, sendo que representa a tipologia de inovação com maior expressão na Região Centro, assim como no contexto nacional. Superada apenas pela região de Lisboa (com 61,8% das suas empresas com atividades de inovação), a Região Centro tem vindo a constituir um pólo inovador de referência ao nível nacional.

Seguindo a diferenciação sugerida pelo Manual de Oslo para as tipologias da inovação, e discutida na Revisão de Literatura do presente relatório, o CIS2012 representa um instrumento de auxílio para uma compreensão aplicada à realidade nacional e regional da estrutura inovadora das PME.

Tabela 2 - Atividades de inovação por região, 2010-2012

Regiões (NUTSII)	Empresas com Atividades de Inovação ¹	Empresas com inovação de produto e/ou processo ²	Empresas com inovação de produto	Empresas com inovação de processo	Empresas com inovação organizacional	Empresas com inovação de marketing
	%	%	%	%	%	%
Centro	60,1	46,8	30,3	39,0	36,3	35,9
Total Nacional	54,5	41,2	25,9	33,5	33,0	32,6

¹ Inclui as seguintes atividades de inovação (produto; processo; atividades de inovação abandonadas ou in de marketing)

² Inclui atividades de inovação abandonadas ou incompletas

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Ministério da Educação e Ciência, Inquérito Comunitário à Inovação - CIS 2012.

Na análise ao tecido empresarial da Região Centro – em comparação com os dados nacionais – e as atividades de inovação desenvolvidas, não se verifica a restrição pretendida às empresas de menor dimensão, em análise neste relatório. Numa análise às atividades de inovação por número de pessoas ao serviço, com os respetivos dados na

¹⁸ Inquérito realizado (de dois em dois anos) às empresas da União Europeia, com informação relativa ao estado da inovação nas empresas e ao modo como é desenvolvida, por tipos de inovadores, atividades económicas e dimensão das empresas. Em Portugal, a recolha de dados do Inquérito Comunitário à Inovação – CIS 2012, decorreu entre 3 de junho de 2013 e 14 de março de 2014, com uma amostra composta por 9423 empresas.

Tabela 3, verifica-se a restrição às pequenas e médias empresas (para menos de 250 pessoas ao serviço), assim como dados relativos a não PME, pelo que poderemos observar as tipologias de inovação desenvolvidas para empresas de diferentes dimensões. Ainda que neste caso, a restrição à Região Centro se verifique, é importante apurar a relação entre a dimensão empresarial e a quantidade de processos inovadores levados a cabo.

Tabela 3 - Atividades de inovação por número de pessoas ao serviço, 2010-2012

Número de pessoas ao serviço	Empresas com Atividades de Inovação ¹	Empresas com inovação de produto e/ou processo ²	Empresas com inovação de produto	Empresas com inovação de processo	Empresas com inovação organizacional	Empresas com inovação de marketing
	%	%	%	%	%	%
10 - 49	51,0	37,0	22,4	29,6	29,9	30,7
50 - 249	66,8	55,7	37,3	46,5	42,7	38,9
250 ou +	84,6	76,5	62,2	68,8	65,5	51,0
Total Nacional	54,5	41,2	25,9	33,5	33,0	32,6

¹ Inclui as seguintes atividades de inovação: produto; processo; atividades de inovação abandonadas ou incompletas; organizacional e de marketing

² Inclui atividades de inovação abandonadas ou incompletas

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Inquérito Comunitário à Inovação (CIS2012).

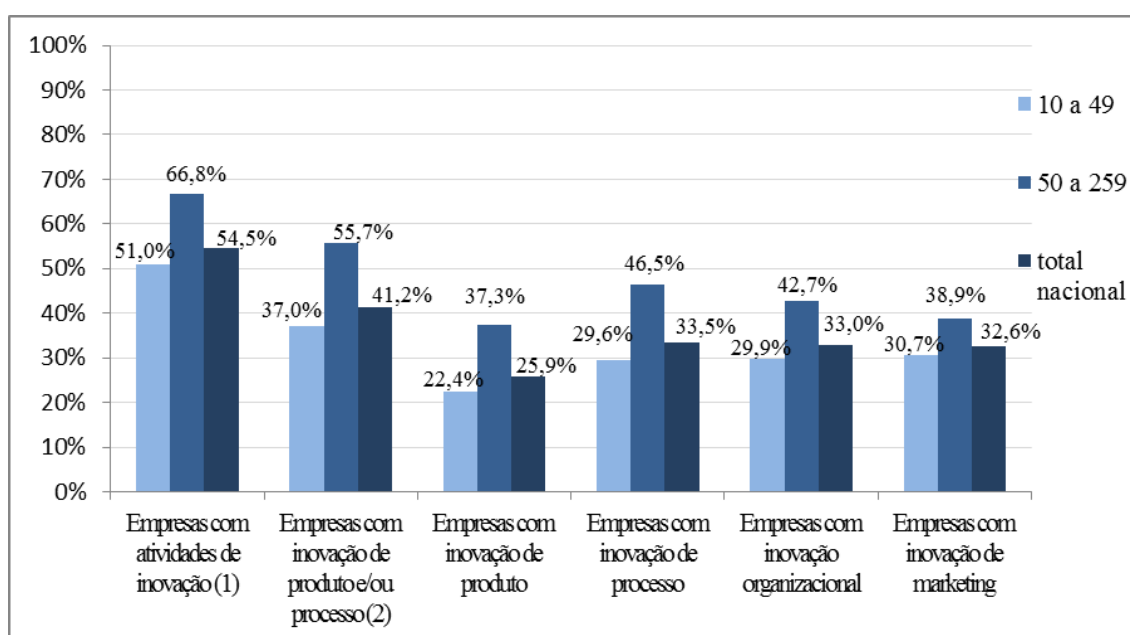
Recordando a definição de PME, atrás mencionada, e utilizando a restrição pretendida neste relatório, interessa comparar as primeiras duas categorias da Tabela 3 – relativas ao número de pessoas ao serviço na empresa – com a terceira (já relativa a grandes empresas). Desta feita, podemos concluir, desde logo, algo preponderante para o presente relatório de estágio: são as empresas de maior dimensão que têm maior propensão a realizar atividades de inovação. Tendo 84,6% das empresas com 250 ou mais pessoas ao serviço levado a cabo atividades de inovação, - de produto, processo, organizacional, ou de marketing, assim como atividades abandonadas ou incompletas - apenas 51% das empresas com 10 a 49 pessoas ao serviço revelaram ter realizado esse tipo de atividades. Para as empresas de média dimensão, o resultado é de 66,8%, sendo que a tipologia de inovação com maior representatividade é a inovação de processo. No caso das pequenas empresas (com 10 a 49 pessoas ao serviço), a tipologia de inovação com maior expressão é a inovação organizacional.

Ainda no mesmo inquérito, apurou-se que a atividade económica com maior

percentagem de empresas com atividades de inovação foi a “Indústria petrolífera, química e farmacêutica (CAE 19-22)”, enquanto que o serviço com o mesmo resultado foi o das “Telecomunicações, consultoria informática (CAE 61-63)” – ao nível nacional. Também neste caso, se consideram as atividades de inovação de produto, processo, organizacional, de marketing, assim como atividades de inovação abandonadas ou incompletas.

De seguida, na Figura 5, apresentam-se os resultados anteriores, restringindo a comparação às PME com o total nacional.

Figura 2 - Atividades de inovação por número de pessoas ao serviço, 2010-2012



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Inquérito Comunitário à Inovação (CIS2012).

Relativamente à inovação de produto, consideraram-se as atividades de introdução de bens novos ou significativamente melhorados e de serviços novos ou significativamente melhorados. Relativamente à inovação de processo, consideraram-se os métodos de fabrico ou produção novos ou significativamente melhorados, os métodos de logística, entrega ou distribuição novos ou significativamente melhorados, assim como as atividades de apoio aos processos da empresa novas ou significativamente melhoradas.

Relativamente à análise levada a cabo no Inquérito relativa à variação do volume de negócios das empresas da Região Centro decorrente da introdução de inovações de

produto para o mercado e novos para a empresa, entre 2010 e 2012, concluiu-se que as inovações de produtos novos para o mercado da empresa contribuíram com 6,6% para o volume de negócios, enquanto que as inovações de produtos novos apenas para a empresa contribuíram com 8,8%. A restante variação no volume de negócios (84,6%), por outro lado, resultou da introdução de produtos não modificados ou só marginalmente modificados. Analisando o caso das pequenas e médias empresas, concluiu-se que a maior percentagem do volume de negócios resultante da venda de produtos novos esteve relacionada com inovações de produtos novos apenas para a empresa. Também na restrição às pequenas e médias empresas, o Inquérito concluiu que as fontes de informação para as atividades de inovação classificadas com o de “importância alta”, desenvolvidas pelas empresas com inovação de produto e/ou processo¹⁹, com maior relevo foram encontradas “dentro da própria empresa ou do grupo a que pertence”, em “clientes ou consumidores do setor privado”, ou ainda em “fornecedores de equipamento, materiais, componentes ou software”.

Finalmente, relativamente à cooperação para a inovação, concluiu-se que a Região Centro estabeleceu parceria de cooperação, – empresas com inovação de produto e/ou processo, para dados de 2010 a 2012 – maioritariamente com “fornecedores de equipamento, materiais, componentes de software” (13,6%), com “clientes ou consumidores do setor privado” (11,2%), mas também com “Universidades ou outras instituições do ensino superior” (10,5%). Também na análise ao tipo de parceria de cooperação em empresas com inovação de produto e/ou processo, por dimensão das empresas, é possível concluir que as parcerias ocorreram maioritariamente com “Universidades ou outras instituições do ensino superior”, com “fornecedores de equipamento, materiais, componentes ou software” ou “clientes ou consumidores do setor privado”.

Relativamente às atividades de inovação organizacional, consideraram-se as novas práticas de negócio na organização dos procedimentos, os novos métodos de organização das responsabilidades e da tomada de decisão (sendo estas duas primeiras, as de maior relevância no âmbito das PME), assim como os novos métodos de organização das relações externas com outras empresas ou instituições públicas. No contexto da Região Centro, foram também as duas primeiras atividades referidas, no

¹⁹ Consideram-se, novamente, as atividades de inovação abandonadas ou incompletas.

âmbito da inovação organizacional, as que obtiveram maior expressividade. Relativamente à inovação de marketing, consideraram-se, para efeitos do Inquérito à Inovação, as mudanças significativas no aspeto/estética ou na embalagem dos produtos, as novas técnicas ou meios de comunicação (*Media*) para a promoção de bens ou serviços, os novos métodos de distribuição/colocação de produtos ou novos canais de vendas, assim como as novas políticas de preço para os produtos. Para a Região Centro, a ação mais relevante nas atividades de inovação de marketing esteve relacionada com a primeira tipologia referida, sendo que na análise às atividades de inovação de marketing por número de pessoas ao serviço, a conclusão foi ligeiramente diferente. Aqui, as novas políticas de preço para os produtos assumiram a maior relevância para as pequenas empresas, e as novas técnicas ou meios de comunicação (*Media*) para a promoção de bens ou serviços constituíram a ação mais relevante para as empresas de média dimensão, no âmbito da inovação de marketing.

Finalmente, no contexto da análise SWOT a ser apresentada mais à frente neste relatório de estágio, o inquérito aqui mencionado tece ainda algumas considerações importantes, relativas aos obstáculos classificados com o grau de “importância alta”, pelas empresas com atividades de inovação, para atingirem os objetivos da empresa²⁰, entre 2010 e 2012. Tanto na análise ao tecido empresarial da Região Centro, como na análise aos dados das PME's ao nível nacional, os dois obstáculos mais relevantes, na ótica das empresas inquiridas, dizem respeito à elevada competição de preços e à falta de procura, por parte do mercado.

6. O potencial da Região Centro

Feito o levantamento a alguns dos apoios financeiros enquadrados no horizonte temporal 2014-2020, assim como a alguns dos indicadores relativos ao estado da inovação na realidade nacional e regional (entre 2010 e 2012), será objetivo desta secção tecer algumas considerações críticas e fazer um balanço ao potencial das micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro.

²⁰ Os objetivos classificados com o grau de “importância alta” pelas empresas com atividades de inovação por região, entre 2010 e 2012, considerados no inquérito foram: aumentar o volume de negócios; aumentar a quota de mercado; diminuir os custos; aumentar a margem de lucro. Aqui, voltam-se a considerar as atividades de inovação de produto, processo, organizacional, de marketing e outras atividades de inovação abandonadas ou incompletas.

6.1 Articulação das prioridades europeias e regionais

Pela complexidade do mercado europeu, o sucesso empresarial ao nível regional, ou até mesmo nacional, nem sempre significa o sucesso no mercado estrangeiro. Por definição, as oportunidades comerciais são ampliadas, mas também se impõem os desafios inerentes à comercialização de um produto, ou serviço, num novo contexto territorial. Assim, para além do maior número de oportunidades, devem-se considerar os obstáculos à expansão de negócios. Da mesma forma, na candidatura a apoios financeiros e outros instrumentos de dimensão europeia – como os já referidos, a título de exemplo – os projetos candidatos terão de reconhecer a concorrência direta com os de outros países ou regiões, pelo que o mérito e o potencial contributo terão também de ser de dimensão europeia, ou zelar pelos interesses da União Europeia. Só assim se garante a boa empregabilidade dos recursos financeiros disponibilizados através destas ferramentas, e a adequação dos beneficiários às necessidades do meio envolvente.

Relativamente aos programas europeus, foram já apresentadas algumas das medidas específicas previstas no apoio ao tecido empresarial em análise neste trabalho, pelo que se fez clarificar a necessidade de alinhamento com as prioridades europeias na candidatura de projetos a estes apoios. Já no caso dos apoios de dimensão nacional, e regional, o alinhamento com as prioridades europeias têm ainda relevância, no contexto da RIS3, tal como também já clarificado neste relatório. Deste modo, faz-se reforçar a orientação para a coesão entre Estados-membros, na procura pelo crescimento convergente, baseado numa especialização inteligente. Com o objetivo de focalizar as intervenções, em medidas de proximidade, os programas regionais, nacionais e europeus representam meios para o executar da Estratégia Europa 2020, em harmonia com os objetivos nacionais e regionais dos Estados-membros que a integram. Assim, o conjunto de apoios financeiros programados para o horizonte 2014-2020 refletem uma forte orientação para a resposta às prioridades europeias, pelo que é possível concluir que o contributo europeu e o alinhamento com a RIS3 devem cada vez mais ser uma preocupação a ter em conta, por parte do tecido empresarial da Região Centro, na procura de financiamento – através do programa regional, ou na candidatura a programas nacionais ou europeus – das suas atividades inovadoras.

6.2 Análise SWOT às micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro, para 2014-2020

Pontos Fortes

Tal como já constatado no presente relatório de estágio, a Região Centro tem vindo a afirmar-se como uma região de referência a nível nacional no investimento em atividades de inovação, por parte do seu tecido empresarial. Ao nível das pequenas e médias empresas, as empresas demonstram maior tendência para o desenvolvimento de atividades de inovação de processo e organizacional, e encontram, no contexto temporal aqui em análise, um conjunto vasto de mecanismos de apoio. Com o Horizonte 2020 no apoio às empresas inovadoras, – com instrumentos especificamente dedicados às PME, e à facilitação no acesso aos mercados, entre outras medidas – o COSME no apoio ao crescimento e sustentabilidade das PME da União Europeia, o Portugal 2020, o Centro 2020, e outros programas orientados à promoção de atividades inovadoras no âmbito das empresas de menor dimensão, a Região Centro terá a oportunidade de fomentar a participação do seu tecido empresarial neste conjunto de mecanismos. Para isso, será fundamental o aproveitamento de outras vantagens regionais de que disponibiliza, como os organismos já existentes com capacidade de potenciar as atividades inovadoras e o sucesso empresarial das PME. Neste âmbito, salientam-se o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento), como parceiro fundamental no apuramento do potencial e qualidade da inovação empresarial das empresas candidatas aos apoios financeiros da Região Centro; as incubadoras de empresas – entre as quais se destacam o Instituto Pedro Nunes, o Biocant, a IEUA (Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro), entre outras – os Parques de Ciência e Tecnologia, como é o caso do iParque, ou o PCI Aveiro (Parque de Ciência e Inovação).

Capacitada das competências científicas e tecnológicas (pelos resultados reconhecidos das suas universidades, institutos politécnicos, centros tecnológicos, incubadoras, e outras unidades de transferência de tecnologia), será objetivo da Região Centro aproveitar a sua disponibilidade de mão de obra e recursos promotores e divulgadores da inovação. Finalmente, será ainda objetivo da região continuar a afirmar-se como região com grande potencial exportador, e dinamizar as sinergias entre as instituições de I&D e o seu tecido empresarial.

Pontos Fracos

Em análise ao CIS2012, tal como abordado na Secção 5 deste relatório, podemos concluir que as atividades inovadoras são maioritariamente levadas a cabo nas empresas de maior dimensão. Uma vez que neste relatório de estágio se pretende analisar o caso específico das micro, pequenas e médias empresas, – pelo seu poder de representação do tecido económico regional – há que assumir a aparente menor propensão para a realização de atividades inovadoras. No apuramento dos principais obstáculos ao cumprimento dos objetivos das empresas, tanto o tecido empresarial da Região Centro como as PMEs, ao nível nacional, indicaram a elevada competição de preços, a falta de procura e o custo elevado para aceder a novos mercados.

Relativamente à última fragilidade referida (a terceira mais apontada por parte das empresas da Região Centro, inquiridas no âmbito do CIS2012), no presente relatório de estágio já foram apresentados alguns instrumentos disponíveis para dar resposta a essa fragilidade, – tanto em programas europeus (COSME), como em programas nacionais (COMPETE, ou através do Eixo 2 do Centro 2020, em ações de apoio à internacionalização).

Por outro lado, ainda que com menos relevância do que os mencionados atrás, os dados da Região Centro apontam outros obstáculos relevantes ao cumprimento dos objetivos das empresas, como é o caso do custo elevado para ir ao encontro das regulamentações governamentais ou requerimentos legais, ou a falta de financiamento adequado. Aqui, como medidas de resposta a estes obstáculos, durante o decorrer do horizonte temporal 2014-2020, revelar-se-ão oportunas as intervenções de entidades externas que prestem o apoio às decisões inteligentes e informadas por parte do tecido empresarial da região, como é o caso da CCDRC, pela ação do Gabinete de Apoio ao Promotor, já aqui amplamente referenciado. Tanto na facilitação e apoio à compreensão das regulamentações e requerimentos legais, como na orientação para o financiamento adequado, o Gabinete pode representar uma mais valia para as empresas da Região Centro.

Oportunidades

Sendo uma região propícia à criação científica e tecnológica, pela orientação assumida para a dinamização dos centros de conhecimento de que dispõe –

universidades, *clusters*, centros de investigação, entre outros – a Região Centro, tal como o presente relatório assumiu pretender clarificar, encontrará no horizonte temporal 2014-2020 um leque de oportunidades de financiamento aos seus projetos inovadores. Entre os objetivos referidos ao longo da Secção 4, há a destacar o de atingir o estatuto de *Innovation Leader* até 2020, por parte da Região Centro, sendo que para isso terá de utilizar eficientemente os recursos financeiros aqui mencionados, entre outros.

Para além dos programas referidos e sobre o qual este relatório se debruçou, a Região Centro encontra como grandes oportunidades para 2014-2020 a sua estrutura organizacional baseada no conhecimento e na inovação. Dados os diversos instrumentos disponíveis para o tecido empresarial da região, revela-se fundamental a promoção de um espírito empreendedor e de colaboração entre entidades, de modo a responder aos critérios de elegibilidade de cada programa, para a credibilização e sucesso dos melhores projetos.

Ameaças

Uma vez que as atividades de investigação e desenvolvimento acarretam, intrinsecamente, um grau de incerteza, tal como um longo período de tempo até à recuperação dos investimentos executados, o seu financiamento tem especificidades próprias, que outras atividades económicas não enfrentam. É com esse reconhecimento que os instrumentos de financiamento às atividades inovadoras se fazem estruturar, como resposta às dificuldades encontradas junto de outros potenciais credores. Assim, assumir que o financiamento a atividades inovadoras encontra grande suporte na estruturação dos programas abordados neste relatório, é reconhecer que o financiamento junto de outras entidades pode representar uma dificuldade por parte das empresas inovadoras. Embora a estruturação dos apoios às atividades de inovação preveja uma retribuição relevante, sob a forma financeira, mas também pelo contributo para a política de coesão e desenvolvimento económico da União Europeia, o grau de dependência das atividades inovadoras aos instrumentos criados e desenvolvidos no âmbito da Estratégia Europa 2020 terá de representar uma preocupação importante à sustentabilidade das próprias empresas beneficiárias e dos fundos que as apoiam.

Assumindo o horizonte temporal 2014-2020 como um novo contexto programático e estrutural dos programas de financiamento, caberá à Região Centro – entidades e tecido empresarial – dar resposta às necessidades e aos objetivos que estabeleceu, pela dinamização das suas mais valias regionais e atenuação das suas debilidades. Feito o levantamento de algumas das oportunidades para as micro, pequenas e médias empresas inovadoras, revela-se fulcral criar estruturas de apoio ao tecido empresarial e assegurar a promoção e disponibilização de ferramentas para a participação em programas e instrumentos de financiamento adequados às necessidades das empresas. Pela criação de uma cultura de disponibilização e partilha de informação para o investimento, pretende-se que a Região Centro encontre no horizonte 2014-2020 um vasto conjunto de oportunidades para a dinamização da estrutura inovadora de que dispõe, orientada para o melhoramento contínuo dos resultados do seu tecido económico e para o cumprimento dos seus objetivos regionais.

7. O estágio curricular na CCDRC

Como etapa final do Mestrado em Economia, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o estágio curricular na CCDRC, do qual este relatório é fruto, representou a oportunidade de integração e desenvolvimento de capacidades cultivadas ao longo do percurso académico do estagiário. Como principal objetivo, a realização do estágio curricular procura fomentar o investimento pessoal, dinâmico e capaz de criar valor acrescentado para a entidade acolhedora, com forte suporte na melhoria contínua dos conhecimentos adquiridos e aprendizagem de novas capacidades.

Relativamente aos resultados pretendidos, o estágio na CCDRC, realizado entre 9 de fevereiro e 19 de maio de 2015, foi conduzido com o intuito de procurar facilitar e melhorar a identificação e divulgação de oportunidades de financiamento disponibilizadas diretamente pela Comissão Europeia, sem ponto de contacto na região, que possam constituir fontes de financiamento para instituições da Região Centro de Portugal.

Numa primeira fase, procurou-se aprofundar o conhecimento da entidade de acolhimento, pela compreensão da sua missão, funções, recursos e competências, assegurando-se assim a integração eficiente do trabalho a ser desenvolvido. Numa segunda fase, deu-se início à fase de identificação de alguns programas geridos diretamente pela Comissão Europeia, com o intuito de criar as bases conceptuais e

metodológicas para a posterior estruturação e filtragem de informação relevante, para a ótica de divulgação pretendida por parte da CCDRC. Numa terceira fase, essa mesma estruturação seria levada a cabo através do levantamento e organização da informação essencial desses programas (regulamentos, convocatórias e outro tipo de informações relevantes). Finalmente, a quarta e última fase do estágio teria enfoque na divulgação na região dos programas e de convocatórias para a apresentação de candidaturas.

7.1 Resumo e sistematização das tarefas desenvolvidas

Tendo em conta as funções exercidas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Promotor, com especial destaque no levantamento e organização da informação relativa aos programas geridos diretamente pela Comissão Europeia, a capacidade e disponibilidade para a procura de informação revelou-se fulcral. Em alguns momentos, ao longo do decorrer do estágio, a procura pela informação concretizou-se por intermédio da comparência em sessões de divulgação de instrumentos de financiamento e apoio ao tecido empresarial regional e nacional, no âmbito do horizonte temporal 2014-2020. A 20 de fevereiro, na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, a “Cerimónia de Lançamento do Portugal 2020 na Região Centro” representou uma das primeiras oportunidades de contacto direto com a informação para a qual viria a contribuir, sempre com o apoio da entidade, em funções de divulgação, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Promotor. A 18 de março, no Auditório do edifício central da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, com a “Sessão de divulgação do Programa Centro 2020”, mais informações foram prestadas, desta feita, relativas ao Programa Operacional da Região Centro, já referido neste relatório de estágio. A 20 de março, numa sessão já mencionada neste documento, realizou-se a primeira das sessões do Ciclo de Seminários “Financiamento Internacional”, no âmbito do Horizonte 2020, e das oportunidades para PMEs inovadoras, em Cantanhede (Biocant). Finalmente, a 9 de abril, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, a sessão “O financiamento da atividade turística no Portugal 2020” representou outro momento chave para a elucidação da diversidade de apoios específicos do programa nacional, também já analisado neste relatório, Portugal 2020.

Ainda assim, os momentos em sessões de divulgação, como os atrás mencionados, representaram situações pontuais nas tarefas que foram sendo desenvolvidas no âmbito do estágio curricular na CCDRC. Para além do cumprimento dos objetivos referidos no início desta parte do relatório, no acompanhamento e

organização da informação afeta aos programas europeus de financiamento, foram sendo criadas as bases para responder a solicitações de esclarecimento. Assim, tanto no contacto telefónico estabelecido com o Gabinete de Apoio ao Promotor, como nas reuniões presenciais com promotores e agentes da Região Centro a minha presença foi sendo solicitada, de modo gradual – sendo que com o decorrer do estágio, a carga de trabalhos e a responsabilidade foi crescendo. Com o reencaminhamento de chamadas para a colocação de dúvidas afetas ao Programa Operacional da Região Centro (entre outros), foi-me permitida a participação ativa no apoio ao promotor. No caso das reuniões presenciais com os agentes da Região Centro, foi-me atribuída a função de levantamento e síntese das informações relativas ao promotor, para posterior colocação na base de dados interna do Gabinete de Apoio ao Promotor. Com a recolha de informação, assegurou-se a transparência e a facilitação no acesso aos dados de contacto direto com os agentes económicos da Região Centro. Em contactos futuros, a monitorização das interações anteriores ficaria assegurada, por este meio, possibilitando assim a resposta a eventuais dúvidas pendentes, o encontro de novas soluções e um tratamento mais eficiente das questões levantadas pelos promotores.

Com esta procura e recolha de informação, para além de todo o apoio prestado dentro da entidade de acolhimento, foi-me possibilitado o desenvolvimento de uma mentalidade de resposta às necessidades de esclarecimento por parte de investidores, interessados na utilização eficiente dos recursos financeiros disponíveis para 2014-2020, no desenvolvimento de projetos de impacto regional.

7.2 Análise crítica do desempenho e balanço do estágio curricular

Numa perspetiva de análise crítica do desempenho, há a considerar a avaliação na ótica curricular, – pela conciliação da aprendizagem no âmbito do estágio e aquele que foi o percurso académico prévio à sua realização – na ótica da entidade de acolhimento, – no cumprimento, ou não, das exigências e tarefas estabelecidas previamente à data de início do estágio – e finalmente, na ótica pessoal, numa autoavaliação do desempenho.

Relativamente à articulação com o percurso académico que serviu de suporte ao estágio curricular, aqui em análise, há a considerar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas relativas à Economia Industrial, nomeadamente na interpretação económica de dados relativos à inovação em dinâmica empresarial. Para a compreensão do

contexto europeu e nacional, na estruturação dos apoios financeiros, foram também fundamentais noções e metodologias de pensamento levadas a cabo em disciplinas como Seminário da Economia Europeia ou Economia Regional.

Do ponto de vista da entidade, as tarefas atribuídas resultaram em contributos reais para a CCDRC, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Promotor, como pretendido. Numa primeira fase, foi desenvolvido o conhecimento necessário para o cumprimento das tarefas pretendidas, sendo que posteriormente, o contacto direto com agentes em contacto com o Gabinete formalizou e pôs em prática os conhecimentos adquiridos. Tanto do ponto de vista de criação do próprio Gabinete de Apoio ao Promotor, como no acordo estabelecido de tarefas a desenvolver no estágio curricular, os programas europeus – informação geral, mecanismos de financiamento, pontos de contacto locais, e outras informações de relevo – assumiram grande importância. Todavia, uma vez que o início do estágio curricular coincidiu com a abertura de um elevado número de candidaturas afetas ao Programa Operacional Regional do Centro, as oportunidades de divulgação dos programas europeus foram consideradas menos prioritárias, tendo sido solicitada a colaboração no apoio especificamente orientado para os programas de relevo regional e nacional. Ainda assim, foram criadas as bases e os mecanismos necessários à futura disponibilização da informação relativa aos programas de financiamento europeus – de entre os quais, os referidos atrás neste relatório.

Finalmente, na ótica pessoal, o estágio curricular representou uma oportunidade única para a resposta a novos desafios, nomeadamente no cumprimento de prazos de trabalho, no desenvolvimento de trabalho de equipa e a título individual, no assumir de responsabilidades e no desenvolvimento do sentido de proatividade.

8. Conclusão

Com o presente relatório pretendeu-se avaliar o potencial das micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro, dado o novo contexto temporal para a implementação de vários programas e mecanismos de financiamento, 2014-2020.

Com a revisão bibliográfica, procurou-se clarificar a complexidade do conceito de inovação, para além da própria complexidade do processo, sendo que se deu especial destaque ao contributo do Manual de Oslo (2005), uma vez que determinou a visão sobre a qual a própria entidade de acolhimento do estágio se baseou.

Estabelecidos alguns dos princípios para a compreensão dos processos inovadores, foi levada a cabo uma análise detalhada aos programas europeus, nacionais e regionais, no apoio específico às atividades inovadoras, com elegibilidade por parte das micro, pequenas e médias empresas regionais. Aqui, abordaram-se as oportunidades de financiamento e as condições de elegibilidade de programas relevantes no novo contexto temporal. A orientação para resultados, o alinhamento com a RIS3 e a envolvência de parceiros na candidatura revelaram-se componentes preponderantes na taxa de sucesso das candidaturas, para além das análises de mérito ao próprio projeto.

Na interpretação dos dados da inovação, ao nível regional e das pequenas e médias empresas, foi levada a cabo uma análise ao Inquérito Comunitário à Inovação, de 2012, para além de uma breve referência a dados relevantes disponibilizados no DataCentro, afetos à economia regional. Tendo sido possível constatar a dinâmica inovadora da região, em comparação com os padrões nacionais, teceram-se algumas considerações ao evidente défice de inovação das pequenas e médias empresas, em comparação com os investimentos realizados em atividades inovadoras por parte das empresas de maior dimensão.

Através da reorganização da informação trabalhada, o presente relatório desenvolveu ainda uma análise SWOT para as micro, pequenas e médias empresas inovadoras da Região Centro, para 2014-2020, como contributo crítico para a problemática em análise, tendo-se destacado: a potencial força colaborativa entre entidades inovadoras da região; o baixo nível de inovação registado nas empresas de menor dimensão; as oportunidades de financiamento especificamente dirigidas às micro, pequenas e médias empresas, e a atividades de inovação, assim como a incerteza inerente ao investimento a atividades de inovação. Tanto no aproveitamento das mais

valias da região, como na atenuação das suas debilidades, o presente relatório procurou sublinhar a importância das entidades facilitadoras e promotoras do investimento regional, assim como do acesso à informação relevante para o financiamento ao tecido empresarial – como é o caso da entidade de acolhimento do estágio em análise.

Por fim, o presente relatório procurou clarificar o desenvolvimento e contributo para a aprendizagem profissional, no âmbito do estágio curricular.

9. Referências Bibliográficas

CCDRC (2014a), “RIS3 do Centro de Portugal – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente”, *Documento de trabalho*.

CCDRC (2014b), “As 46 Empresas Gazela 2014 da Região Centro”.

CCDRC (2015), Brochura do Centro 2020: <http://www.centro.portugal2020.pt/images/centro/pdf/BrochuraCentro2020.pdf> [19/5/2015].

Comissão Europeia (2013), “Multiannual Financial Framework 2014-2020 and EU Budget 2014 – The Figures”, Luxembourg: Publicators Office of the European Union.

Comissão Europeia (2014a), “The SME Instrument in the Horizon 2020 Work Programme 2014-2015”.

Comissão Europeia (2014b), “Fact sheet on Horizon 2020 for SMEs”.

Comissão Europeia (2014c), “Regional Innovation Scoreboard”.

Comissão Europeia (2015), “Innovation Union Scoreboard”.

COMPETE 2020 (2014), “Programa Operacional ao Abrigo do Objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego”, *Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização*.

COMPETE 2020 (2015), Brochura “COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização”.

Conceição, Pedro; Ávila, Patrícia (2001), “A inovação em Portugal – II Inquérito Comunitário às Actividades de Inovação”, Oeiras.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014), “Principais resultados do CIS 2012 – Inquérito Comunitário à Inovação”.

Drucker, Peter F. (1985), “Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles”. New York: Harper & Row.

Fagerberg, Jan; Mowery, David C.; Nelson, Richard R. (2006), “The Oxford Handbook of Innovation”, *Oxford Handbook*.

Freeman, Chris (1974), “The Economics of Industrial Innovation”, London: Pinter Publishers.

Freeman, Chris (1998) *Innovation*, in Newman, P. (1998) “The New Palgrave Dictionary of Economics and Law”, London: Macmillian.

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2013), “Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: desafios, forças e fraquezas rumo a 2020”.

Fundo Europeu de Investimento (2014), “COSME – Instrumentos Financeiros”.

Hollanders, Hugo; Léon, Loren Rivera; Roman, Laura (2012), “Regional Innovation Scoreboard 2012”, *Enterprise and Industry*, Comissão Europeia.

IAPMEI (1982), “Inovação Industrial: Oportunidade para as PME’s”. CGD e IAPMEI.

Kline, S.J.; N. Rosenberg (1986), “An overview of innovation” *The Positive Sum Strategy: Harnessing Technology for Economic Growth*. Washington, D.C.: National Academy Press, 275-305.

OCDE (1982), “L’innovation dans les petites et moyennes entreprises”, OCDE.

OCDE; Comissão Europeia; Eurostat (2005), “Oslo Manual: Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data, 3rd Edition”, Paris.

Schumpeter, Joseph A. (1934), “The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest and the Business Cycle”, Harvard University Press, Cambridge.

Schumpeter, Joseph A. (1939), “Business Cycles: A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process”, New York/London: McGraw-Hill.

Schumpeter, Joseph A. (1989), “Essays: On Entrepreneurs, Innovations, Business Cycles, and the Evolution of Capitalism”, *Central European History and Culture*.

10. Anexos

Anexo 1 – Relações entre os Eixos Prioritários do Programa Operacional e a Ambição Regional do Centro

	Situar-se como <i>Innovation Leader</i>	Representar 20% do PIB nacional	Diminuir em 10% as assimetrias territoriais	Ter 40% da população jovem com formação superior	Taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional
Eixo 1: COMPETIR	•	•			•
Eixo 2: IDEIAS	•	•			
Eixo 3: APRENDER	•			•	•
Eixo 4: EMPREGAR E CONVERGIR	•		•		•
Eixo 5: APROXIMAR E CONVERGIR			•		•
Eixo 6: SUSTENTAR			•		
Eixo 7: CAPACITAR	•	•			
Eixo 8: MOVIMENTOS		•			

Fonte: Quadro 13, Documento de trabalho “RIS3 do Centro de Portugal – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente”.

Anexo 2 – Eixo 1 do Programa Operacional Regional do Centro: “Investigação, Desenvolvimento e Inovação”

Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	FEDER (milhões de euros)
OT 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	PI 1.1. O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu	169
	PI 1.2. A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, <i>clusters</i> e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.	

Fonte: Brochura do Programa Operacional Regional do Centro, 2014-2020.

Anexo 3 – Eixo 2 do Programa Operacional Regional do Centro: “Competitividade e Internacionalização da Economia Regional”

Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	FEDER (milhões de euros)
OT 3. Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (para o FEADER), das pescas e da aquicultura (para o FEAMP)	PI 3.1. A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas.	818
	PI 3.2. O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.	
	PI 3.3. A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.	

Fonte: Brochura do Programa Operacional Regional do Centro, 2014-2020.

Anexo 4 – Eixo 3 do Programa Operacional Regional do Centro: “Desenvolver o Potencial Humano”

Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	FEDER (milhões de euros)	FSE (milhões de euros)	Total
OT 10. Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	PI 10.1. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.	95	193	288
	PI 10.2. Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos.			
	PI 10.4. Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação da transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação			

	<p>profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.</p>			
	<p>PI 10.5. Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.</p>			

Fonte: Brochura do Programa Operacional Regional do Centro, 2014-2020.

Anexo 5 – Eixo 4 do Programa Operacional Regional do Centro: “Promover e Dinamizar a Empregabilidade”

Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	FEDER (milhões de euros)	FSE (milhões de euros)	Total
OT 10. Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	PI 8.1. Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.	59	118	177
	PI 8.3. Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo as micro, pequenas e médias empresas inovadoras.			
	PI 8.5. A adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.			
	PI 8.8. A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas.			
	PI 8.9. A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do			

	potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.			
--	--	--	--	--

Fonte: Brochura do Programa Operacional Regional do Centro, 2014-2020.

Anexo 6 – Eixo 7 do Programa Operacional Regional do Centro: “Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios”

Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	FEDER (milhões de euros)
OT 6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	PI 6.3. A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.	126
	PI 6.5. A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.	

Fonte: Brochura do Programa Operacional Regional do Centro, 2014-2020.

Anexo 7 – Obstáculos classificados com o “grau de importância alta” pelas empresas com atividades de inovação¹ para atingirem os objetivos da empresa, por Região (NUTS II), 2010-2012

Regiões (NUTSII)	Obstáculos								
	Elevada competição de preços	Elevada competição na qualidade do produto, reputação ou marca	Falta de procura	Inovações desenvolvidas pelos seus concorrentes	Quota de mercado dominante detida pelos seus concorrentes	Falta de pessoal qualificado	Falta de financiamento adequado	Custo elevado para aceder a novos mercados	Custo elevado para ir ao encontro das regulamentações governamentais ou requerimentos legais
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Norte	65,1	33,4	36,0	8,3	14,1	12,2	30,4	36,1	32,7
Centro	60,9	30,4	35,1	8,7	15,5	11,7	27,7	33,2	32,2
Lisboa	63,2	30,4	41,5	7,4	17,9	10,5	26,7	31,2	32,4
Alentejo	62,6	35,4	38,7	8,3	15,8	10,6	24,8	28,7	27,5
Algarve	53,9	28,1	20,8	8,4	5,4	8,4	31,8	29,7	38,5
Açores	53,3	16,0	35,4	3,4	8,3	8,5	26,8	27,0	32,0
Madeira	55,4	25,4	32,5	2,0	13,6	4,1	27,3	17,8	29,9
Total Nacional	63,0	31,5	37,1	8,0	15,3	11,3	28,4	33,3	32,3

¹ Inclui as seguintes atividades de inovação (produto; processo; atividades abandonadas ou incompletas, organizacional e de marketing)

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Ministério da Educação e Ciência, Inquérito Comunitário à Inovação - CIS 2012.

Anexo 8 – Obstáculos classificados com o “grau de importância alta” pelas empresas com atividades de inovação¹ para atingirem os objetivos da empresa, por número de pessoas ao serviço, 2010-2012

Número de pessoas ao serviço	Obstáculos								
	Elevada competição de preços	Elevada competição na qualidade do produto, reputação ou marca	Falta de procura	Inovações desenvolvidas pelos seus concorrentes	Quota de mercado dominante detida pelos seus concorrentes	Falta de pessoal qualificado	Falta de financiamento adequado	Custo elevado para aceder a novos mercados	Custo elevado para ir ao encontro das regulamentações governamentais ou requerimentos legais
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
10 - 49	63,1	31,2	37,2	8,3	15,3	12,6	29,2	35,2	34,2
50 - 249	63,8	32,5	36,7	7,2	16,1	7,4	25,9	29,2	27,4
250 ou +	57,0	33,1	36,1	7,3	11,1	7,8	25,6	19,4	21,0
Total Nacional	63,0	31,5	37,1	8,0	15,3	11,3	28,4	33,3	32,3

¹ Inclui as seguintes atividades de inovação (produto; processo; atividades abandonadas ou incompletas, organizacional e de marketing)

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência / Ministério da Educação e Ciência, Inquérito Comunitário à Inovação - CIS 2012.